

# Administração de conflitos sem tribunais: os Ndendeuli do sudeste da Tanzânia<sup>1</sup>

**P. H. Gulliver**

**TRADUÇÃO: Dra. Kátia Sento Sé Mello**

*Antropóloga e Prof. Dpto. Política Social e do PPGSS – ESS/UFRJ*

*Pesquisadora do NUSIS/ESS/UFRJ e pesquisadora associada ao INCT-InEAC/Nufep/UFF e ao NECVU-IFCS/UFRJ*

**REVISÃO TÉCNICA: Luiza Aragon Ovalle**

*Mestre e doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense, UFF.*

*Pesquisadora associada ao INCT-InEAC/Nufep/UFF*

## Resumo

Neste artigo, P. H. Gulliver analisa sua etnografia sobre os Ndendeuli, cultivadores nômades do leste de Songea, sudeste da Tanzânia. É uma sociedade na qual não há tribunais, nem juízes, nem árbitros, nem instituições semelhantes àquelas geralmente encontradas em sociedades ocidentais. Apesar da ausência de instituições formais de administração de conflitos, os Ndendeuli são avessos ao uso da coerção pela força como meio de negociação e de obtenção de ressarcimento por algum dano.

Palavras-chave: mediação de conflitos; processos de disputas; administração de conflitos sem tribunais.

<sup>1</sup> Este artigo é parte integrante do livro: Nader, L. Law in Culture and Society, University of California Press, Berkeley and Los Angeles, California & University of California Press Ltd., London, England, 1997. A publicação da tradução foi autorizada por Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, Inc., New York, New York, a quem agradecemos. O artigo foi originalmente publicado com o título: "Dispute Settlement without Courts: The Ndendeuli of Southern Tanzania".

Ao considerar o Direito e particularmente os processos de administração de conflitos em sociedades tradicionais, os antropólogos têm lidado, na maioria das vezes, com situações nas quais esses conflitos são operados por intermédio de tribunais ou instituições semelhantes. A palavra tribunal aqui utilizada refere-se a uma assembleia mais ou menos formal, presidida por uma pessoa ou um grupo de pessoas que têm a responsabilidade e a autoridade para ouvir os casos daqueles que estão em conflito, as suas testemunhas e os seus argumentos, assim como para determinar e proferir uma decisão. Em outras palavras, há *adjudicação* por um *juiz* que não é, ou não deveria ser comprometido com um dos lados do conflito, devendo agir como uma terceira parte. Em alguma medida, o *juiz* age em benefício da comunidade e/ou da autoridade política estabelecida. Ele pode ser virtualmente uma espécie de porta-voz da opinião pública, sintetizando o consenso entre os diferentes pontos de vista a respeito do conflito em questão; ou pode ser de fato a autoridade que tem em suas mãos a responsabilidade de oferecer uma decisão, ainda que referenciada pelas regras e precedentes estabelecidos. Frequentemente, mas não invariavelmente, o *juiz* tem à sua disposição uma série de sanções através das quais reforçam as suas decisões, mas esta parece ser uma questão secundária. Ele pode ocupar um *status* formal especializado no sistema político estabelecido e gozar do suporte da coerção disponível neste sistema para aqueles que se encontrem em posições de autoridade política. Isso é típico daquelas sociedades com sistemas políticos centralizados institucionalmente. O melhor exemplo, descrito por Gluckman (1955), é aquele oferecido pelos Lozi da África central, mas há outros similares, talvez ainda não explorados, na própria África e em outros lugares. Em outras sociedades, alguns papéis, de conteúdo parcialmente político e jurídico, trazem consigo a obrigação e o direito de adjudicar, ou ao menos de arbitrar, em conflitos e oferecer opiniões e decisões com alguma expectativa de serem aceitas e mesmo reforçadas. Exemplos disso são encontrados, entre outras, nas lideranças de linhagens, de rituais, de grupos étnicos, de vilarejos, e de sociedades secretas oficiais. Há, ainda, sociedades nas quais pessoas com variados tipos de influência – vizinhos, idosos, ou quais-

quer outras neutras às pessoas em conflitos – podem ser pressionadas a adotar temporariamente o papel de árbitro ou mesmo de adjudicador sobre algum conflito *ad hoc* – como acontece, por exemplo, entre os Ifugao, no nordeste do Luzon (BARTON, 1919).

Em resumo: em todas essas sociedades, alguém, ou um corpo de pessoas, que não está diretamente implicado num conflito, age como um juiz ou um árbitro, que oferece, ou tem que oferecer, uma decisão. Epstein, um advogado-antrópologo, descreveu a forma mais rudimentar de uma situação de conflito: “Argumentos são apresentados, testemunhas são convocadas ou aliados são ouvidos até, finalmente, o problema ser concluído quando os *porta-vozes autorizados do grupo* dão as suas opiniões sobre o caso”.<sup>2</sup> Quase tudo que há de melhor em análise antropológica sobre administração de conflitos se refere a este tipo de situação – a “tribunais” e “juízes”, entre os quais, Llewellyn and Hoebel, Bohannan, Gluckman, Hoebel, Hogbin, Pospisil são aqueles que saltam imediatamente à mente.

Pouca consideração tem sido dada, em qualquer nível de profundidade analítica, às sociedades e situações sociais nas quais o adjudicador, o juiz ou o árbitro estão ausentes. A literatura apresenta muitas referências às contendas como uma alternativa à adjudicação, mas parece não haver uma análise adequada e convincente sobre as contendas como um processo de resolução de conflitos senão como um processo político. Nesses casos, mais cedo ou mais tarde – pelo menos se as duas partes pertencem à mesma rede de relações sociais contínuas e de interação<sup>3</sup> na comunidade – a hostilidade ou a sua constante ameaça deve dar lugar à discussão, negociação e tentativas de alcançar algum tipo de *aproximação*<sup>4</sup> e de administração da questão em conflito. Como esse estágio é alcançado e como o conflito é negociado são questões raramente detalhadas para nós. As hostilidades dos grupos e o término delas resultante da reconciliação e da paz parecem interes-

<sup>2</sup> (EPSTEIN, 1954, p. 2), grifo do autor.

<sup>3</sup> Contendas persistentes parecem ocorrer com frequência não no interior de uma mesma comunidade nem mesmo em uma comunidade vizinha, mas com aquela ligeiramente mais distante com a qual interações pacíficas e contínuas não são essenciais – conforme Peters (1967) apontou para os Senusi da Cyrenaica.

<sup>4</sup> [N.T.] No original, *rapprochement*.

sar aos antropólogos mais que o essencial processo de intervenção por meio do qual a mediação dos conflitos é alcançada – e esse processo é muito mais difícil de ser adequadamente registrado. Barton (1949) sobre os Kalingas e Colson (1962) sobre o Plateau Tonga são exceções admiráveis. Em qualquer um dos casos, nem todas as pessoas que não têm adjudicadores nem árbitros praticam necessariamente um ato institucionalizado de força ou contenda no evento de um conflito; do mesmo modo, nem todos os conflitos são tratados como contendas mesmo naquelas sociedades em que são praticados, já que tais disrupções são raramente permitidas em grupos locais muito pequenos, nos quais as interações se dão majoritariamente face a face. Mesmo nas sociedades com tribunais bem-organizados, os conflitos ocorridos dentro de comunidades locais são, na maioria das vezes, negociados fora do sistema formal: Beattie (1957) descreveu brevemente um exemplo disto. Além disso, como mostrado em outro artigo deste volume, um considerável número de conflitos em sociedades industriais modernas é negociado dentro do grupo (no escritório, no clube, na universidade) ou por algum tipo de processo conciliatório (por exemplo, encontro de representantes legais) sem recorrer aos tribunais. Em síntese, há uma gama de comunidades e situações sociais nas quais nem os tribunais nem a coerção proveem os meios de negociar e lidar com conflitos.

Em trabalho anterior, com o grupo Arusha do nordeste da Tanzânia, descrevi os processos essencialmente pacíficos de administração de conflitos (desde pequenas ofensas até homicídio) em que não há intervenção de adjudicadores. Posto de maneira simples: quando ocorre um conflito entre os Arusha, cada indivíduo nele envolvido recruta um corpo de aliados e as duas partes se encontram pacificamente para discutir o problema e negociar um acordo. Os aliados são recrutados na base da afiliação patrilinear, grupo geracional e vizinhança. Cada contendor tenta ganhar o apoio em especial dos homens mais influentes publicamente (conselheiros de linhagens, porta-vozes de grupos etários e outros notáveis) que estejam mais proximamente ligados a ele, por uma dessas vias, que a seu oponente. No entanto, esses homens influentes agem como líderes e advogam em nome de um dos con-

tendores e não são, em nenhum sentido, uma terceira parte, arbitradores ou adjudicadores. Embora referência e apelo às expectativas de comportamento e às rupturas alegadas sejam feitos por ambas as partes em conflito, o estabelecimento de um acordo é, de certa forma, um compromisso negociado entre as demandas em conflito. Pressões sociais de todos os tipos são trazidas na medida em que cada contendor tenha condições de utilizá-las para influenciar a outra parte. As negociações raramente dizem respeito às normas ideais: se algum acordo deve ser alcançado, cada parte envolvida deve estar preparada – e induzida – a mudar as suas bases e aceitar o compromisso. O problema da execução de uma lei surge apenas marginalmente: uma vez que é um acordo negociado, ambos os lados estão preparados para aceitá-lo como a melhor solução nas circunstâncias dadas. O acordo é, de preferência, colocado em prática imediatamente com o objetivo de evitar outra ação – por exemplo, a compensação acordada é imediatamente paga, a moça raptada retorna a seu pai, as fronteiras de um campo são prontamente demarcadas. No entanto, meios rituais podem ser usados, e isso acontece para unir ambas as partes na mediação. Esse é um breve resumo de um processo muito mais complexo (GULLIVER, 1963, Parte IV).

Neste artigo examino os dados de outra sociedade africana, em que não há tribunais ou instituições semelhantes, não há juízes nem árbitros, mas também onde se abdica da coerção pela força como meio de administração de conflito ou de obtenção de uma compensação por dano.

### **Os Ndendeuli**

Os Ndendeuli, grupo de língua bantu, são cultivadores nômades que habitam a parte leste da área de Songea, no sudeste da Tanzânia. O país é coberto por florestas em terra seca. Com o uso a técnica simples de derrubada e queimada em solo muito pobre, os campos não podem ser cultivados com milho, o produto principal, por mais que três estações sucessivas, -. Como é comum a toda África Central, há uma grande proporção de terras não cultivadas, o que impede a permanência destes grupos em um único local. Terras disponíveis para o cultivo tornam-se exauridas antes que as terras abandonadas este-

jam completamente regeneradas. De um modo geral, a densidade populacional é de aproximadamente cinco pessoas por milha quadrada (o equivalente a  $2,59\text{km}^2$ )<sup>5</sup>, mas há extensas áreas de florestas não habitadas. As pessoas são congregadas em comunidades locais de 30 a 45 unidades domésticas – 150 a 250 pessoas –, tanto que as densidades puramente locais da população são em torno de 60 pessoas por milha quadrada ( $2,59\text{km}^2$ ).

Uma comunidade local se estabelece quando um homem reúne um grupo de parentes – cognatos e afins – e, juntos, eles se tornam os pioneiros de uma área desocupada. Sendo todos relacionados ao líder, os pioneiros (e as suas unidades domésticas – familiares imediatos e dependentes) estão direta ou indiretamente relacionados uns com os outros. Um recém-chegado é geralmente bem-vindo à comunidade se ele for ligado por relações de parentesco cognato ou afim com algum membro residente na comunidade, que atua, por sua vez, como seu patrocinador, garantidor e aliado. Estabelecida a relação com um patrocinador, o recém-chegado está, portanto, ligado direta ou indiretamente a todos os vizinhos membros da comunidade. Conforme um número crescente de recém-chegados une-se à comunidade (porque a terra disponível ficou exaurida em outro local, por dificuldades em suas antigas comunidades, e outras situações semelhantes), cresce igualmente a distância entre as alianças de líderes das unidades domésticas. Os homens se tornam incapazes e desinteressados de traçar suas relações com muitos dos seus vizinhos. Eles reconhecem e cooperam com uma gama de parentes, cognatos e afins, e têm conhecimento e ocasionalmente cooperam com um conjunto amplo de parentes dos seus parentes; mas outros são meramente vizinhos. Ainda assim, empiricamente, como resultado da combinação do conhecimento genealógico pelos antropólogos, os membros de uma comunidade local podem ser colocados numa única e extensa genealogia. Isto é uma consequência lógica do modo de recrutamento de

---

<sup>5</sup> Como no Brasil a unidade de medição não corresponde à unidade americana ou inglesa, para melhor compreensão na língua portuguesa, fiz a conversão de milhas quadradas (per square mile) no conversor de unidade de medição do Instituto de Pesos e Medidas (IPEM) do estado de São Paulo – <http://www.ipem.sp.gov.br/5mt/cv2/index.htm>

uma comunidade, tendo grande importância no processo de administração de conflitos, conforme apresentado a seguir.

Exemplo de uma comunidade local Ndendeuli é dado na Figura 1. Podemos observar que a comunidade compreende uma única rede de parentesco. O parentesco Ndendeuli é não unilateral em caráter: na natureza dos relacionamentos, na interação, nos direitos e nas obrigações, há poucas diferenças essenciais entre parente cognato e afim. Os laços de parentesco não carregam tipos altamente específicos de direitos e obrigações, mas envolvem cooperação e interesses generalizados, definidos de forma imprecisa. Parentes genealogicamente mais próximos tendem a reconhecer a força das obrigações em trocar assistência entre si em maior grau do que os parentes genealogicamente mais distantes. Mas um homem tem expectativas semelhantes, vamos dizer, em relação ao irmão do seu pai, ao irmão da sua mãe, ao pai e ao irmão da sua esposa ou aos seus primos de primeiro grau.

O líder original dos pioneiros que fundaram a comunidade local não continua a ter necessariamente um papel de influência quando a comunidade é estabelecida. Ele não se torna uma espécie de chefe. Se ele retém alguma influência particular, isto depende principalmente das suas qualidades e habilidades pessoais, bem como da natureza da extensão dos seus parentes diretos entre os seus vizinhos. Como os residentes vão embora por razões quaisquer e recém-chegados mudam para a comunidade com frequência, o líder pode ter muitos vizinhos parentes ou somente alguns. Além disso, ele não está em melhor posição do que nenhum outro membro bem-favorecido na comunidade para exercer influência ou liderança sobre ela.

Tal comunidade local consiste em um número de aldeolas que varia de uma a cinco unidades domésticas autônomas, espalhadas por uma área de três ou quatro milhas quadradas, ou seja, de cerca de 7,77 a 10,3km<sup>2</sup>. Elas são separadas de comunidades similares por extensões de florestas desocupadas e não utilizadas. A comunidade é uma unidade independente: não se une com nenhum outro grupo maior. Um homem tem vários outros parentes que estão espalhados por outras comunidades, mas com quem ele tem menos asso-

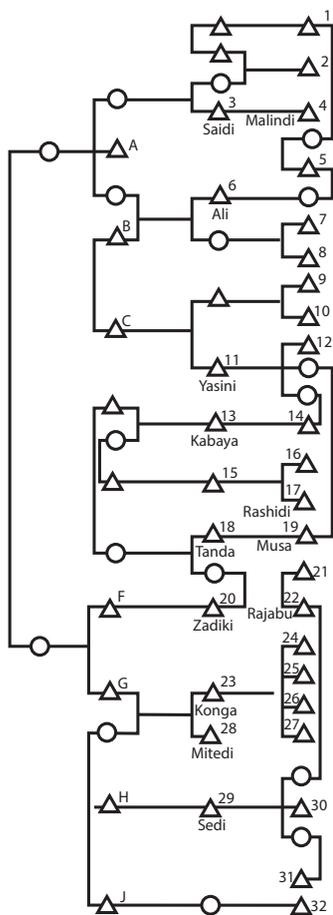
ciação do que com os seus vizinhos. Não há uma característica regular para os agregados de vizinhos-parentes.

Nesse artigo considero a administração de conflitos dentro de uma comunidade local, ou seja, entre vizinhos. É certo que os conflitos também ocorrem entre comunidades diferentes, e o princípio básico do seu tratamento é amplamente o mesmo. No entanto, é mais fácil descrever os processos dentro de uma comunidade. Há ainda uma razão importante para a escolha desta apresentação. A partir dos meus dados de campo, posso descrever e discutir uma série cronológica de casos que ocorreram numa única comunidade durante um ano e que, em maior ou menor extensão, afetaram o mesmo grupo de pessoas em decorrência do desenvolvimento de relações de vizinhança e de parentesco entre elas. Isto é crucial, porque uma compreensão apropriada sobre os processos de conflito entre os Ndendeuli não pode ser obtida por meio da consideração de simples exemplos isolados. Estes processos estão intimamente envolvidos no *continuum* dinâmico da vida da comunidade e são por ela afetados. Os processos e os resultados em um caso afetam direta e indiretamente as relações que operam em casos subsequentes. Além disso, as relações entre vizinhos que são ativadas e utilizadas quando surgem os conflitos também dizem respeito a vários tipos de cooperação e competição em outros tipos de atividades na comunidade.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Não há dúvidas de que esses processos são similares em outras sociedades, mas os antropólogos tendem a ignorar este fator vital. Em um contexto diferente Turner (1957) demonstrou a importância e o valor da análise da sucessão cronológica de eventos sociais – que ele denominou “drama social” – entre o mesmo grupo de pessoas inter-relacionadas. Turner agora usa o termo “fase de desenvolvimento” em vez de “drama social” – veja a sua introdução a Swartz; Tuden; Turner, (1966).

Figura 1 - Comunidade local de Ligomba - árvore genealógica



*Os homens numerados são os chefes dos grupos domésticos autônomos que constituem a comunidade local. Os muitos outros parentes, que residem em outro lugar, bem como as mulheres (não numeradas) são mostrados apenas onde eles proporcionam alianças na rede de parentesco Ligomba. Crianças dependentes não são mostradas.*

Um membro da comunidade local requer uma ação coletiva para atender a alguma necessidade sua ou defender algum interesse. Esta ação acontece de diversas maneiras que extrapolam os recursos da sua própria unidade doméstica – por exemplo, em trabalhos cooperativos na agricultura (a derrubada de mata virgem e o estabelecimento de novos campos, na capinagem e plantação, no cercamento de campos etc.); na construção para *performances* rituais, casamentos, funerais e atividades afins. Do mesmo modo, e igualmente

aproximando vizinhos, uma ação coletiva é operada seja quando um homem busca recompensa em decorrência de ofensa ou rejeição aos seus direitos, seja para prevenir interferências contra os seus interesses legítimos. Para tal ação coletiva um homem recruta um *grupo de ação* (*action-set*) entre os seus vizinhos. Ele recruta principalmente os vizinhos que são seus parentes, mas, na medida em que o desejar e puder, recruta os parentes dos seus parentes, que são indiretamente relacionados a ele também – por exemplo, um primo do seu primo, um parente afim dos seus afins. A extensão do recrutamento feito por um indivíduo (Ego), largamente falando, depende de vários fatores. Um deles é a importância e a extensão da assistência que é necessária. Em segundo lugar, o recrutamento de um *grupo de ação coletiva* por outro vizinho pode limitar o número de vizinhos que serão mobilizados. Ego pode estar em conflito direto com aquele outro vizinho, por exemplo, em meio a um conflito com ele; ou ambos podem estar engajados numa mesma atividade como a capinação de um campo. Em terceiro, o recrutamento pode ser afetado pela força das alegações com as quais Ego pode influenciar seus parentes vizinhos e, por meio deles, seus vizinhos e parentes que não são diretamente relacionados a ele.

*Grupos de ação coletiva* são puramente efêmeros, sem nenhum caráter corporativo. Uma vez que o interesse que lhe deu origem foi alcançado, o grupo é dissolvido. Grupos de ação subsequentes, para atender outros interesses de Ego ou de algum outro indivíduo, não terão a mesma composição em decorrência da mudança dos padrões dos fatores envolvidos, que determinam em grande medida sua composição, conforme foi visto anteriormente. Neste sistema de parentesco não unilinear, dois indivíduos, ainda que muito próximos, não têm a mesma rede de relações de parentesco sobre a qual podem recrutar grupos de ação. Este sistema é caracteristicamente orientado somente pelo Ego.

Os Ndendeuli dizem – e do mesmo modo o antropólogo, com muita cautela e brevidade – que os homens esperam ajudar um ao outro e aceitam o recrutamento para um grupo de ação com o objetivo principal de auxiliar Ego em razão da sua relação de parentesco com ele. Uma explicação mais realista, contudo, é que os homens desejam ardentemente ajudar e se envolver numa ação coletiva para Ego, porque em ocasião anterior receberam, eles mes-

mos, o auxílio de Ego. E mais, porque desejam, no futuro, receber novamente o auxílio de Ego. O princípio da reciprocidade é crucial. Parentes são, na prática, aqueles que mais ou menos regularmente ajudam uma pessoa; aqueles que não o fazem, com efeito, não são parentes. O parente de um parente, com quem estabelece uma cooperação regular, se torna e é reconhecido como um parente, ainda que seu laço genealógico possa ser tênue. No entanto, o parente de um parente que raramente se envolve não está diretamente relacionado a Ego e permanece apenas como um vizinho. O parentesco provê, com efeito, uma forma sintética de expressar uma interação mutuamente vantajosa, embora, em grande medida, padrões genealógicos forneçam “as regras do jogo”, permitindo uma sistematização de cooperação e de expectativas.

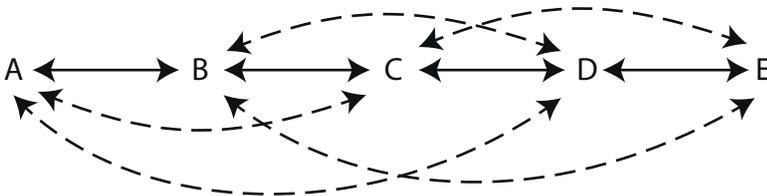
Sendo assim, A une-se ao *grupo de ação* de B para ajudá-lo a capinar o seu solo durante a estação do cultivo e espera que B se una ao seu *grupo de ação* quando estiver em conflito com algum outro vizinho. No entanto, a organização de uma ação coletiva é normalmente muito mais complexa. A pode ajudar B porque deseja expressar e estreitar sua associação com C, que, por sua vez, está ajudando B; posteriormente A pode desejar expressar sua oposição a D, que está em conflito com B. As permutas e complexidades da motivação dos alinhamentos são consideráveis. Elas são, pelo menos inicialmente, melhor indicadas por exemplos, como nos seguintes relatos de casos de conflitos e de *grupos de ação* por elas precipitados. Para os Ndendeuli, no entanto, elas são abertamente expressas no idioma do parentesco.

### **O processo de administração de conflito**

Ocasionalmente indivíduos não residentes são chamados a um conflito entre vizinhos com o objetivo de apoiar seus parentes que habitam uma comunidade. Mesmo quando eles realmente participam do conflito, raramente são pessoas proeminentes na típica interação que conduziu à sua mediação. Essa interação é largamente canalizada por intermédio da rede de parentesco que associa os vizinhos. Por meio desta rede, ou seja, pelos laços de parentesco, um homem está apto a conseguir pessoas que apoiam ativamente seu próprio interesse; mas ao mesmo tempo ele está submetido a limitações e pres-

sões exercidas por seu oponente, assim como por aquelas que são exercidas pelos que apoiam este último em decorrência dos laços que se estendem entre eles e aqueles que o apoiam. Os vizinhos que estão em relação de conflito são compelidos a considerar toda espécie de laços, interesses e relações importantes que operam na comunidade entre o restante dos vizinhos de modo que possam alcançar um acordo neste contexto.

Um modelo bastante simplificado deverá ser útil como introdução à natureza dos processos sociais concernentes à administração de conflito entre os Ndendeuli. Num conflito entre os vizinhos A e E (que não são diretamente ligados pelo parentesco e não se reconhecem enquanto parentes), A espera o suporte do seu vizinho-parente B; B deve contar com o apoio do seu próprio vizinho-parente C (que não é parente de A) para apoiar A. Pode haver a expectativa sobre C, por sua vez, de apoiar nesta situação outro vizinho-parente D (que não é parente de B) ao lado de E, que é parente de D. Dessa forma, A e E estão conectados: seus campos de ação social incidem um sobre o outro, ao mesmo tempo que são mutuamente limitantes. C é colocado de imediato em uma posição estruturalmente intermediária, em que pode ser levado a agir como um mediador; B e D devem buscar influenciar cada uma das partes de modo a prevenir que as suas relações cooperativas (via C) sofram alguma ruptura indevida. De maneira bastante esquemática, a situação básica pode ser ilustrada no seguinte diagrama, quando todas as linhas representam as relações interpessoais: as linhas cheias representam interações diretas, laços reconhecidos de parentesco; as linhas pontilhadas representam os laços indiretos.



Uma situação onde, de fato, se estabelece um conflito seria obviamente muito mais simples. É certo que A e E – e, de fato, qualquer outro dentre estes homens – poderiam estar ligados de outras maneiras efetivas por meio da rede de parentesco; mais vizinhos estariam envolvidos e a colisão dos campos de ação de A e E, conseqüentemente, seria muito mais complexa. Como observei antes, um conflito não é um evento social isolado e autônomo, uma vez que ocorre no contexto do *continuum* da vida da comunidade. A ou E, ou ambos, podem ter apoiado C em alguma ocasião recente e ambos provavelmente participaram de um grupo de trabalho de C e este nos grupos de deles; A e D, B e D e B e E podem também ter oferecido assistência recíproca entre eles. Por esta razão, todos esperam dar e receber ajuda no futuro. Uma situação de conflito real é geralmente afetada pelos esforços de homens particulares para demonstrar e provavelmente alargar suas influências sobre os seus vizinhos e pelas relações de amizade e hostilidade entre indivíduos, resultantes de encontros passados, assim como das suas relações estruturais.

Problemas que dizem respeito ao interesse público, incluindo os conflitos, são discutidos sempre que certo número de indivíduos se agrupa. Um agrupamento de vizinhos pode acontecer por alguma razão – para tomar uma cerveja, compartilhar uma comida, realizar algum ritual e outros motivos semelhantes – ou pode ser organizado, e mesmo formalmente se constituir em uma assembleia para uma discussão específica. Tal assembleia será tratada como *moot*; os Ndendeuli simplesmente a denominam como “encontro”, *mkutano*. Um *moot* pode ser convocado por uma das pessoas envolvidas no conflito que deseja trazer o problema à consideração pública; ou por um vizinho que é estruturalmente um intermediário entre os contendores ou alguém que, definitivamente de um lado ou de outro, é influente e ativo o suficiente para assumir a iniciativa e a liderança na mediação. Os *moots* em geral acontecem em território neutro – muito frequentemente na casa de um intermediário – e se o conflito não for tão grave, podem se realizar na casa do acusado.

Cada um recruta seu próprio grupo de ação, embora um homem mais jovem (que, não obstante, é o chefe da sua unidade doméstica) possa deixar esta tarefa para o seu pai ou outro vizinho-parente mais velho. Os membros do gru-

po de ação aconselham o seu líder, sentam com ele no *moot*, falam em sua defesa, examinam os porta-vozes do outro lado e o ajudam a negociar o seu caso. Embora seja uma arena de conflito organizada, um *moot* é bastante informal, haja vista que os homens se sentam na varanda, sob as marquises das casas ou mesmo no chão em frente a elas. Há geralmente movimentação de um lado para o outro e os dois grupos de ação são dificilmente distinguíveis aos olhos. Os participantes que são intermediários tendem a sentar no meio do agrupamento, demonstrando a ausência de uma aliança definida com um ou outro lado do conflito. Vizinhos neutros, quando presentes, se sentam na frente do grupo. Há poucas regras de procedimento e ninguém que possa atuar formalmente como um chefe ou coordenador do encontro. O problema é normalmente descrito primeiro por aquele que fez a queixa, ao que é respondido pelo réu; no entanto, não raro o acusado começa o relato, contestando a queixa já conhecida e muito provavelmente acrescentando uma contraqueixa. Em seguida a discussão é livre, aberta a qualquer pessoa presente, mesmo ocasionalmente àqueles que são neutros, ainda que, no geral, a discussão tenda a ser dominada pelas partes envolvidas no conflito, um ou dois dos seus mais influentes aliados e principais intermediários. Com frequência dois ou mais homens falam ao mesmo tempo, especialmente quando a discussão se torna muito acalorada, mas na maioria das vezes cada homem tem a permissão de falar sem ser interrompido, como idealmente deveria ser. Quem fala permanece sentado onde está e pode ser interrompido ou questionado enquanto fala. Os homens conhecem uns aos outros muito bem, é claro, já que são vizinhos que se encontram frequentemente em todos os tipos de circunstâncias. Há uma igualdade pressuposta entre eles e que, mesmo quando as emoções estão muito alteradas, todos desejam que cada um tenha a sua vez de falar e de ouvir com tolerância e respeito. Uma discussão é geralmente desorganizada e desconexa, mas somente os argumentos considerados mais grosseiramente irrelevantes são sumariamente interrompidos pela impaciência do público. Ninguém é obrigado a falar no entanto, com exceção daqueles claramente neutros, eles devam indicar o seu suporte a um dos indivíduos envolvidos no conflito, assim como a decisão final, se houver alguma.

No relato a seguir, bem como na análise de casos de conflitos, uma série

de termos especiais é usada com referência aos papéis desempenhados pelos participantes. Acusador e acusado são classificados como as partes (interessadas) no conflito; são os homens que, respectivamente, fazem ou refutam uma queixa ou uma reivindicação. Geralmente são eles que sofreram e causaram um dano ou uma ofensa que se tornou objeto do conflito ou são os líderes das unidades domésticas das quais o lesado ou o ofensor são membros. Algumas vezes, no entanto, seu papel como principal é assumido por um “pai” – isto quer dizer, um vizinho-parente de uma geração mais velha.

O termo *intermediário* refere-se a um vizinho cuja relação é mais ou menos equivalente na rede de parentesco de ambos os interessados no conflito (por exemplo, C no diagrama anterior). Este é um lugar puramente estrutural que resulta da posição relativa das duas *partes* (interessados) num caso particular. O papel efetivo de um intermediário varia: ele pode ser ativamente parcial a um dos lados, embora raras vezes se oponha ao outro; ou pode evitar uma participação embaraçosa ao optar por se ausentar de forma deliberada da comunidade e, em consequência, permanecer inativamente neutro; ou ainda ele pode se tornar um *mediador*. Um mediador tenta agir como um agenciador entre os dois lados, mas ele pode sugerir ativamente, ou mesmo pressionar, para que os dois indivíduos envolvidos no conflito negociem um acordo. Ele é, no limite, um conciliador e não age como um árbitro porque não pode, nem é esperado dele tomar uma decisão ou oferecer um acordo. Embora a maioria dos conflitos e *moot* estabeleçam um mediador, alguns não o fazem.

Numa comunidade local alguns homens são reconhecidos por suas habilidades nos processos de mediação de conflitos e em geral têm uma influência considerável sobre os seus vizinhos até o ponto em que se tornam líderes informais. Tal pessoa é denominada simplesmente um “grande homem” (*mundu mukurungwa*) e será referido neste relato como um *notável*. No uso Ndendeuli este é um termo muito vago, aplicável a qualquer um que assuma uma liderança informal em alguma situação ou cuja reputação, personalidade e antiguidade lhe garantam certo respeito e influência. A maioria dos homens de uma geração mais velha na comunidade pode ser, e algumas vezes é, descrita dessa forma, e seria um insulto sugerir que um chefe mais idoso

de uma unidade doméstica não é um “grande homem”. No entanto, dois ou três homens são de forma invariável reconhecidos publicamente como *notáveis*: eles exercem influência reconhecida e tendem a tomar a liderança na maioria das ocasiões em que acontece um conflito público, uma discussão e uma ação. É a esses homens que o termo “notável” é dado, sem qualificação, neste relato. O papel deles não é, de forma alguma, bemdefinido. Certamente esta posição não lhes garante autoridade no sentido de que sua liderança deva ser mais ou menos seguida, assim como eles não têm sanções ativas à sua disposição para que deem suporte à sua liderança. Eles não adjudicam, e podem ser ignorados. Um notável que tenta estender a sua influência à dimensão do autoritarismo desperta ressentimento e oposição entre os seus vizinhos. Ele pode mesmo perder a influência adquirida nesta tentativa, na medida em que perde a boa vontade e confiança tão necessárias para a continuidade do sucesso de um notável.

O papel de um notável num caso de conflito depende da sua posição no interior da rede de parentesco *vis-à-vis* as *partes* (interessados) e aos seus vizinhos-parentes. Se, de um lado, ele está tão claramente ligado a um dos interessados a ponto de ser incluído no primeiro grupo de ação recrutado para o caso, ele normalmente compartilha a liderança com o interessado e pode até mesmo se tornar o representante central na promoção ou na defesa dos interesses que estão em jogo. Se, de outro lado, ele é um intermediário – e mesmo, algumas vezes, uma pessoa neutra –, pode agir como um mediador. De acordo com a situação, os notáveis podem se tornar líderes de ambos os lados *no moot* ou um deles pode conduzir um grupo de ação enquanto o outro age como mediador. Conforme veremos nos casos que serão ilustrados a seguir, a rivalidade entre notáveis pode ser importante no processo de mediação de conflito, assim como, em geral, nos negócios da comunidade.

### **Alguns conflitos na comunidade de Ligomba**

Durante a pesquisa de campo, em 1953, esta comunidade local compreendia 32 unidades domésticas, cujos chefes são mostrados numa única linha genealógica, conforme a Figura 1. Cada chefe de uma unidade doméstica ti-

nha vários outros parentes reconhecidos que eram, na época, residentes em outras comunidades no país; um ou dois chefes eram ligados por esses outros parentes. No entanto, as conexões centrais, e aquelas enfatizadas pelos próprios homens, são os parentes dados na genealogia apresentada.

Apresentarei um relato de cinco conflitos sucessivos que aconteceram em Ligomba durante 1953, registrados e discutidos por mim no campo. Eles ilustram como os conflitos são tratados no contexto da rede de parentesco de um Ndendeuli de uma comunidade local e como os eventos e os resultados de um conflito têm algum efeito sobre os eventos e os resultados dos casos subsequentes. Devo chamar a atenção para o fato de que eu ainda estou envolvido na análise do meu material de campo sobre os Ndendeuli; estes casos são apenas uma parte do material, ainda que uma parte integral.

#### • **Caso 1. Uma queixa sobre dote adicional de casamento (junho)**

Em junho de 1953 Rajabu (22) – na Figura 2 – voltou a Ligomba após ter ficado ausente da comunidade por mais de um ano como trabalhador migrante. Um dia depois da sua chegada ele visitou os pais da sua esposa (29 e esposa) e presenteou-os com um cobertor e uma peça de tecido barato. Ele se desculpou por não ter podido oferecer um presente melhor, dizendo que não conseguiu trazer muito dinheiro para casa. Sedi (29) pareceu satisfeito – pelo menos elogiou Rajabu pelos presentes. Alguns dias depois, no entanto, Sedi pediu dinheiro a Rajabu como uma contribuição adicional ao dote da noiva. Rajabu argumentou que já havia quitado as suas obrigações em relação ao dote antes de ter deixado a sua casa no final de 1951; acrescentou que Sedi, na época, ficou muito satisfeito com o negócio. Para reforçar o seu argumento, Rajabu disse que Sedi, na ocasião, não fez nenhuma outra demanda para pagamentos futuros e que, além disso, a sua filha (esposa de Rajabu) continuou a viver na casa deles, na aldeola do seu sogro, Zadiki (20), enquanto Rajabu estava ausente; isto significa que o sogro assumiu a responsabilidade por ela. Sedi negou que este fato consistia em alguma prova de que o dote estava quitado; argumentou que isto era apenas uma demonstração de boas e apropriadas relações de afinidade. Sedi contestou qualquer ideia de que ele teria mani-

festado satisfação quanto ao dote de casamento recebido. A situação chegou a uma espécie de empate na medida em que Rajabu foi apoiado por seu pai, Zadiki. Após estas discussões privadas Sedi consultou seus vizinhos-parentes e, conseqüentemente, solicitou um *moot* para colocar em questão a sua queixa. Seu pedido foi negociado por Konga (23, o filho da irmã do seu pai), primo de primeiro grau de Zadiki (20). O *moot* ocorreu na casa de Konga.

Os grupos de ação no *moot* foram compostos como segue. Sedi recrutou e liderou o seu próprio grupo. Rajabu, por sua vez, era jovem, em torno dos 24 anos de idade, e havia estado ausente de Ligomba durante um bom tempo em trabalho migrante desde que se tornou adulto; seu pai, portanto, atuou como *principal* (interessado) no caso e recrutou o grupo de ação; o próprio Rajabu, embora presente, quase não se manifestou. Konga também estava presente junto com o seu filho mais velho (24); eles eram igualmente relacionados uns aos outros, portanto, do ponto de vista formal, igualmente obrigados a agir como mediadores. No entanto, 28, não menos intermediário, preferiu optar pelo que ele julgou ser uma situação muito difícil; ele deixou Ligomba temporariamente. Konga, sendo um notável, assumiu a liderança como mediador. Era um pequeno *moot* e, conforme aconteceu, o único encontro solicitado para negociar o conflito. Devido aos estreitos laços de parentesco e ligações, os grupos de ação foram muito limitados, não havendo a necessidade de nenhum dos interessados apelar para outros laços de parentesco com vizinhos distantes. Os únicos outros homens presentes eram 7 e 14, que se juntaram ao *moot* após este ter começado, aparentemente atraídos porque trabalhavam em campos próximos ao encontro, e 15, que chegou ao final dos procedimentos. Nenhum dos três últimos homens chegou realmente a tomar parte no *moot*.

Zadiki argumentou na abertura do encontro que o pedido para um dote adicional era realmente uma demanda por uma parcela maior das economias que Rajabu havia trazido para casa depois do trabalho em outras terras. Com a intervenção de 18, os presentes recebidos por ele mesmo e sua esposa foram admitidos por Sedi; mas ele se queixou de que estes presentes representavam a obrigação de qualquer jovem genro ao retornar do exterior. Sedi continuou a insistir que ele tinha direito a um dote adicional e que Rajabu estava numa po-

sição que podia oferecer este adicional. Rajabu lembrou a todos que ele havia trazido muito pouco dinheiro para casa, mas Sedi se recusou a ouvi-lo. O montante em dinheiro previamente dado como dote foi descrito por Zadiki e admitido por Sedi após uma breve discussão. No entanto, Sedi se recusou a admitir a afirmação de Zadiki de que a quitação do pagamento do dote havia sido reconhecida por Sedi. Ele mais uma vez colocou a sua queixa sem, no entanto, especificar o valor que ainda restava a ser pago. Após outras discussões Zadiki foi forçado a admitir que o seu filho tivesse trazido algumas economias, mas disse que era uma pequena quantia que ele precisava para outros fins relacionados aos seus irmãos e a ele próprio, Zadiki. Dessa forma, Zadiki foi apoiado por 18, que também levantou a questão de que Sedi e sua esposa tinham recebido presentes generosos quando Rajabu voltou para casa de seu turno anterior de migração para trabalho. Sedi concordou com este argumento, mas também com a implicação, apontada por Zadiki e o notável, 13, de que Rajabu já havia demonstrado ser um bom genro. Assim, 13 rispidamente falou que Sedi não poderia ter nenhuma queixa contra Rajabu e Zadiki e sugeriu que ele estava se mostrando um sogro ruim na medida em que insistia com a queixa. O notável continuou a revisar a discussão e as evidências conseqüentemente produzidas de modo a mostrar a ausência de fundamento da queixa de Sedi. A discussão prosseguiu com Yasini (11), que reiterou o conteúdo dos argumentos de 18 e 13.

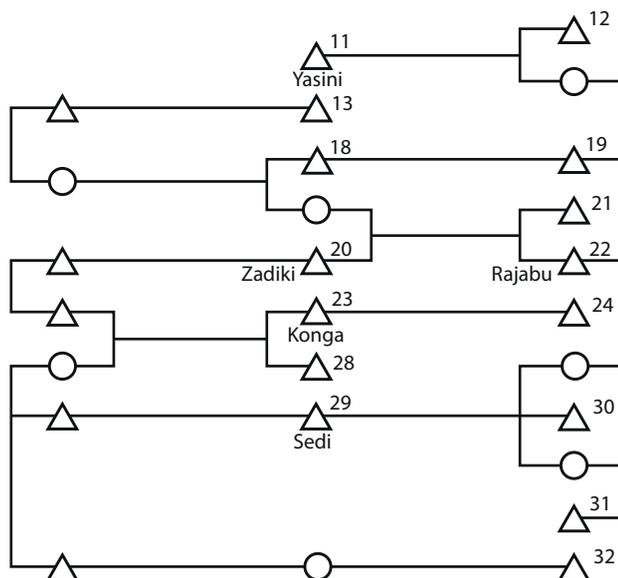
A intervenção de Yasini trouxe uma crise à discussão, uma vez que 30 perguntou com a voz alterada qual o interesse que Yasini teria na mediação. Yasini disse que ele estava apoiando o seu “irmão”; e 18 explicou este assunto da seguinte maneira: “Não é ele o pai da esposa do meu filho?, meu irmão, então? Ele está ao meu lado porque eu sou irmão de Zadiki. É, portanto, de direito que nós estejamos aqui; além disso, eu e Zadiki o convidamos.” Em seguida, 13 lembrou que Yasini era seu irmão também. “Nós nos aliamos aos nossos irmãos, sim”, replicou Sedi, “mas não é verdade que Yasini ainda não recebeu o dote por sua filha? De onde o restante será retirado? Quem dá a Musa (genro de Yasini, 19) o dinheiro do dote, já que ele não esteve na Costa (quer dizer, não esteve trabalhando em outro lugar distante) por um longo tempo? Musa vai adquirir o dinheiro de Rajabu para que ele possa dar o dote a Yasini?”

Após longa discussão, pareceu que a sugestão de Sedi estava correta, embora não tenha sido admitida explicitamente nem por Zadiki nem por seus aliados. Eu não estou muito certo de quanto conhecimento deste fato Sedi tinha previamente e o quanto ele estava sondando o assunto baseado em alguma suspeita, pois nada havia sido mencionado até então. A explicação – que não foi totalmente detalhada no *moot* – era a de que dois anos antes, ao retornar do trabalho distante da comunidade, 19 tinha emprestado dinheiro a Rajabu, o filho da irmã do seu pai, para que ele pudesse pagar o dote a Sedi. Agora, com o retorno de Rajabu, ele esperava o pagamento do empréstimo para que ele mesmo pudesse completar o restante do valor do dote devido a Yasini (11) para o seu próprio casamento (ver genealogia, Figura 1).

Até esse ponto, Konga (23) não havia tomado parte em nenhum dos procedimentos do *moot*, mas agora, com os detalhes do caso francamente bem esclarecidos ou, pelo menos, tacitamente admitidos por ambos os lados, ele tomou a iniciativa de negociar um acordo aceitável. Ficou claro que ele não era um mediador totalmente neutro porque, embora cautelosamente, inclinou-se para o lado de Sedi. Finalmente foi ele quem formulou que as alegações de Sedi estavam corretas – o grupo de Zadiki permaneceu em silêncio, aceitando, dessa forma, a afirmação – e acrescentou que Sedi tinha direito, como sogro, a um presente melhor do que o que ele tinha recebido desde o retorno de Rajabu. Ele elogiou Rajabu no seu desejo de pagar a dívida ao seu primo, 19; mas declarou – antecipando-se às novas demonstrações de Zadiki da mesma opinião – que era igualmente recomendável ser generoso com o sogro porque este tinha lhe dado a sua filha. Houve ainda uma considerável discussão geral pelos membros de ambos os grupos a respeito da força relativa das queixas conflitantes apresentadas pelo sogro e pelo primo de Rajabu, a quem ele devia certa quantia. No entanto, no final – percebi que em particular devido à insistente advocacia de Konga, silenciosamente apoiada por 24 – acordou-se que Rajabu deveria dar a Sedi mais 25 *shillings* e que 19 (primo de Rajabu) deveria receber 50. Konga pediu diretamente a Yasini (11) que este aceitasse a proposta, ao que concordou prontamente, o que significava que ele estava pronto para aceitar de 19, naquele momento, uma soma de 50 *shillings* pelo dote, um montante menor do que ele havia esperado. Com a concordância de Yasini, Zadiki dificilmente poderia se opor ao pedido de Konga para que **ACTAS POLÍTICA** acordo. No entanto, Zadiki exigiu que Sedi declarasse publicamente que Rajabu não teria mais nenhuma obrigação em relação ao dote

de casamento. Após algumas tentativas de Sedi não se comprometer com esta declaração, a aceitou. Rajabu foi a casa, a menos de uma milha de distância (aproximadamente 1,6km) e retornou com a quantia acordada com Sedi. O *moot* terminou, neste ponto, com uma rodada de cervejas oferecidas por Konga.

Figura 2



O significado do papel desempenhado por Konga (23) na mediação e no acordo foi reforçado para mim posteriormente em conversas que tive com Yasini (11), com o meu assistente de campo e com o notável (6), que não participou do *moot*. Esses informantes explicaram que Konga – e 24 – poderia ter apoiado o lado de Zadiki argumentando que Sedi já havia recebido um dote de casamento adequando,<sup>7</sup> já que Rajabu tinha uma dívida com 19, que pre-

<sup>7</sup> Ficou acordado no *moot* que Sedi teria recebido previamente de Rajabu 185 *shillings* em dinheiro. Esta é aproximadamente a quantia estimada de um dote entre os Ndendeuli e, no entanto, não serviu como parâmetro para apoiar ou recusar as queixas em relação a um adicional ao dote.

cisava do dinheiro para o pagamento do seu próprio dote. No entanto, Zadiki e Konga, apesar de serem primos de primeiro grau, há tempos eram antagônicos<sup>8</sup>, mas continuavam a participar das atividades de trabalho um do outro e, em algumas vezes, eram coparticipantes de um mesmo grupo de ação em conflitos envolvendo outros motivos. Ainda assim, as suas relações eram puramente formais, sem afeto. Diferentemente, Konga tinha intenção de manter uma relação de cooperação bem estreita com Sedi e os seus vizinhos-parentes. No sentido estritamente lógico, Konga deveria, ou pelo menos poderia, ter dado igual suporte a ambos os interessados no conflito. Até onde pude compreender as questões no conflito, e na opinião dos meus informantes, não houve uma solução clara. Caso Sedi não houvesse já recebido uma soma mediana como dote, por exemplo, haveria uma queixa mais bem colocada naquele momento. Naturalmente outros fatores também afetaram o acordo. Se Yasini (11) tivesse sido mais insistente na sua queixa a respeito do dote de 19, ou tivesse sido uma pessoa mais influente ou mesmo argumentado melhor, ou ainda, tivesse Zadiki sido mais insistente do que preparado para, ao final, satisfazer o sogro do seu filho, o acordo teria sido muito diferente. Entre os Ndendeuli, os sogros normalmente tentam obter presentes generosos do trabalhador migrante, mas nem sempre eles são bem-sucedidos, especialmente quando outras dívidas substanciais estão em jogo. Nesse sentido, Sedi obteve sucesso, sem colocar em risco o casamento da sua filha, ainda que não tenha feito nenhum esforço para aprofundar as suas relações de afinidade. Além disso, Sedi colocou o seu genro em uma posição de certa forma difícil entre ele e Zadiki. O papel de Konga, no entanto, parece ter sido crucial. A sua influência, assim como a habilidade persuasiva, largamente aceita na comunidade, deu a ele uma vantagem. Apesar disso, ele não desejava alienar inteiramente o seu primo Zadiki. Havia uma útil cooperação entre eles e entre cada homem e os vizinhos-parentes um do outro na comunidade – o rompimento das relações com Zadiki poderia ter significado um rompimento também com 18, por exemplo. O apoio de Konga a Sedi teve que ser moderado por estas considerações e, conseqüentemente, ele exibiu o apoio à demanda

<sup>8</sup> Ver Caso 4 adiante.

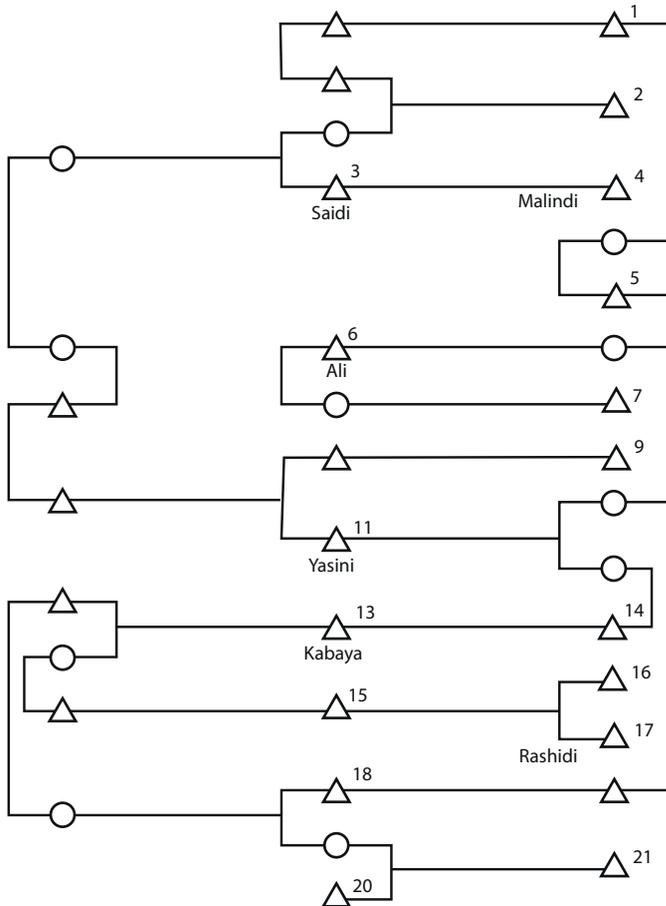
de Zadiki quando pediu que Sedi declarasse o fim das queixas a Rajabu em relação ao dote de casamento da sua filha. Com uma razoável habilidade, Konga conseguiu obter algum sucesso pessoal neste evento, ampliando, com isso, a reputação da sua habilidade e influência em Ligomba.

Eu também gostaria de destacar que o acordo foi moderadamente bem-sucedido na mediação do conflito que acabei de descrever, uma vez que as várias queixas concernentes às pessoas envolvidas se ajustaram à continuidade da vida na comunidade. No entanto, como veremos no Caso 4, as relações entre Zadiki e Konga não se tornaram serenas justamente por causa do caso envolvendo o dote de casamento e o acordo que daí resultou; além disso, as relações entre Zadiki e Sedi se tornaram ainda menos cordiais do que anteriormente – uma situação que se tornou importante no Caso 3.

### • **Caso 2. Demanda por compensação de lesão corporal em uma briga (agosto)**

Durante o começo da estação da seca, Yasini (11 na Figura 3) reuniu um grupo de trabalho para cortar e limpar um trecho de floresta para preparar um novo campo de cultivo. Além dele, mais 13 homens participaram do dia de trabalho – um grupo razoavelmente grande. No momento da rodada de cerveja, que aconteceu no meio da tarde, o grupo foi ampliado pela chegada de outros vizinhos, até que a grande maioria dos homens de Ligomba estivesse presente. Havia muita cerveja e foi um encontro de grande convívio social, como é de costume para estes grupos nessa época do ano. Um grupo de homens ficou relativamente bêbado, entre eles Malindi (4) e Rashidi (17), que iniciaram uma discussão. Num determinado momento os dois começaram a brigar, sendo apartados por outros que estavam presentes. Enquanto se afastava do grupo, Malindi gritava insultos para Rashidi que, por sua vez, correu em direção ao outro e começou a lutar novamente. Os dois homens foram finalmente separados, mas Malindi saiu com o rosto e o braço ensanguentados e as roupas rasgadas, ao que seu pai e seu primo (2) o conduziram para casa. Ao chegarem à casa, perceberam que, além dos cortes, dos hematomas e das roupas rasgadas, o seu braço estava quebrado.

Figura 3



No dia seguinte, o seu pai, Saidi (3), enviou um dos seus filhos mais jovens como um mensageiro para exigir compensação a Rashidi. Este, por sua vez, negou qualquer responsabilidade em relação à briga, dizendo que Malindi havia provocado a situação quando começou a insultá-lo. O mensageiro, irmão mais novo de Malindi, depois de algumas alterações, ameaçou recomeçar a briga e teve que sair apressadamente para evitar agressões de Rashidi e seus irmãos.

O pai de Malindi, Saidi (3), consultou o seu primo, Ali (6), como normalmente fazia quando estava frente a algum problema. Ali disse que uma nova tentativa de mediação com Rashidi seria impraticável e, obtendo a concordância de Saidi, foi ao encontro de Kabaya (13), um notável de Ligomba e primo de primeiro grau do pai de Rashidi. Os dois concordaram em organizar um *moot* e Kabaya persuadiu Rashidi a aceitar o encontro. O *moot* se realizou dois dias depois na casa de Konga (23) – ou seja, em um lugar neutro. Não pude participar do encontro e obtive relatos conflitantes da mediação de conflitos que ocorreu. Certamente o *moot* se desfez rapidamente, posto que novas ameaças de violência física foram feitas. Saidi (3) continuou a insistir que o seu filho deveria receber uma compensação e, portanto, outro *moot* deveria acontecer.

As pessoas de Ligomba demonstraram muita inquietação sobre esse conflito e o caminho que ele tomou, já que ameaças de violência percorreram a comunidade rapidamente. Os dois notáveis, Ali (6) e Kabaya (13), que já rivalizavam por influência na comunidade, haviam discutido a respeito do fracasso do *moot*, colgando de maneira recíproca sobre os grupos envolvidos na mediação do conflito. Uma opinião neutra condenou o irmão mais novo de Malindi, alegando que ele teria ampliado o problema de forma inconsequente; do mesmo modo, a atitude do seu pai, primeiro porque o enviou como um mensageiro, segundo por tê-lo permitido participar do *moot*, no qual, como um homem solteiro, dificilmente teria o direito de fazer parte. No entanto, Rashidi e seu irmão mais velho (16) foram igualmente responsabilizados pela contínua ameaça de violência, independentemente da verdade sobre o comportamento de Rashidi no momento da briga na rodada de cerveja. O pedido de Saidi por um segundomoot, portanto, bem vindo, foi organizado depois de três dias na casa de Yasini (11) – período durante o qual os grupos de trabalho de 8 e de 19 foram adiados. Os dois notáveis (Ali e Kabaya) não puderam cooperar na organização deste *moot*, ficando tal responsabilidade sob a iniciativa de Yasini e seu sobrinho (9). Na ocasião Konga havia saído de Ligomba para ir ao funeral de um parente residente em outra comunidade. Dessa forma, a sua casa não estava disponível como um lugar neutro para a realização do *moot*. De todo modo, Yasini me informou, a briga teria acontecido durante a rodada de

cerveja por ele oferecida e Rashidi tinha participado do seu grupo de trabalho naquele dia. Após longas conversas, tornou-se claro que Yasini tinha se colocado no papel de mediador no conflito devido à sua posição estruturalmente intermediária entres os dois envolvidos na rede de parentesco (ver genealogia).

Os grupos de ação no segundo *moot* foram compostos da maneira que segue. Rashidi (17) foi principalmente responsável pelo seu próprio grupo, embora o notável Kabaya (13) tenha compartilhado a liderança do grupo com ele. Uma vez que Malindi não podia ainda assumir a posição de liderança num grupo, este foi recrutado pelo seu pai, Saidi (3), embora a condução do mesmo tenha sido feita principalmente pelo notável Ali (6).

Grupo de ação de Saidi (3)		Grupo de ação de Rashidi (17)	
4	(S)	15	(F)
6	(MZS)	16	(B)
7	(ZS de 6)	13, 14,	(FSZ e filhos de 15)
2	(ZS)	18, 19,	(MZS e filhos de 13)
1	(FBS de 2)	20, 21,	(ZH e ZS de 18)
FBS	não residente		
MSB			
	(8 homens)		(9 homens)

Nessa ocasião, 8, filho da outra irmã de 6, não apareceu, apesar de ter tomado parte no primeiro *moot*; ele não estava na comunidade. O irmão mais novo de Malindi, solteiro, assim como Rashid, também não esteve presente; eles estavam emtre aqueles os quais ameaçaram estimular mais violência. Estavam presentes Yasini (11) e seus sobrinhos, 9 e 10, os intermediários nesse contexto. Além deles, 28, 29 e 31 também estavam presentes, embora não estivessem diretamente envolvidos no conflito; eles participaram como meros espectadores. Dos outros chefes das unidades domésticas que estavam em Li-

gomba, somente 27, 30 e 32 estiveram ausentes desse *moot*.<sup>9</sup> Foi o *moot* de participação mais abrangente que eu testemunhei, de um lado, devido à relativa distância na rede de parentesco entre as *partes* (interessados) (comparemos, por exemplo, os grupos de ação no Caso 1), de outro, devido à preocupação geral e ao interesse despertado pela maneira como o conflito se desenvolveu.

Aqui apresento apenas uma versão resumida dos procedimentos no *moot*. Durante o trabalho de campo e dos registros que recolhi na ocasião, eu não estava preocupado com os aspectos quase judiciais do *moot*, mas com as interações desses vizinhos na rede de parentesco. Além disso, o *moot* era especialmente informal; com frequência mais de um homem falava ao mesmo tempo e a troca de falas entre os dois lados do conflito era muito rápida ou oblíqua para ser registrada apropriadamente. Foi somente *a posteriori* que discuti com meu assistente e vários participantes a respeito do *moot* como um todo com o objetivo de melhor compreendê-lo. Estas avaliações posteriores, minhas e deles, podem ter afetado a minha percepção sobre o caso.

Com efeito, os procedimentos do *moot* podem ser agrupados em duas partes, ainda que sobrepostas, e, que eu saiba, não há nenhum reconhecimento explícito nem tentativa dos próprios participantes em distingui-las e separá-las. Em primeiro lugar, houve a elucidação dos fatos; em segundo a negociação do acordo. O *moot* começou com Saidi (3) descrevendo os ferimentos do seu filho e atribuindo as agressões à embriaguez de Rashidi. Ele afirmou que a responsabilidade pela briga se deveu a Rashidi e acrescentou, o que era verdade, que Rashidi não saiu ferido da briga. Ele terminou a sua fala com um pedido de compensação de 60 *shillings* porque os ferimentos sofridos por seu filho impediram-no de trabalhar no período em que todos os homens preparavam os seus campos para o cultivo anual. A única resposta imediata à sua demanda foi um palavrão de Rashidi, o que significou rejeição à mesma. Ao contrário, Rashidi, seu pai e Kabaya (13) colocaram a responsabilidade da briga em Malindi. Neste momento já era de conhecimento de todos que Malindi havia insultado Rashidi quando o chamou de impotente. Este evento não foi

---

<sup>9</sup> 8, 12, 21, 23, 24 25 e 26 não estavam em Ligomba, o que parecia legítimo (ou seja, eles não optaram deliberadamente por não participar do conflito).

seriamente questionado no *moot*, uma vez que muitos haviam ouvido as palavras de Malindi; Saidi permaneceu em silêncio quando o notável Kabaya finalmente afirmou o que ouviram e o notável Ali (6) argumentou apenas que essa circunstância, todavia, não absolvía Rashidi da responsabilidade dos ferimentos que ele tinha provocado em Malindi. Rashidi opôs-se ao fato de que a sua agressão teria de fato quebrado o braço de Malindi, que, na verdade, teria tropeçado na raiz de uma árvore e quebrado o seu braço na queda. Ele admitiu, com a insistência de Ali, ter causado ferimentos leves e rasgado a roupa de Malindi, mas justificou que isso teria acontecido devido às provocações dos insultos de Malindi. A fala de Kabaya deu suporte ao argumento de Rashidi.

Ali, então, fez um longo discurso em apoio a Saidi, mostrando que Malindi e Rashidi tinham brigado em ocasiões anteriores, sendo Rashidi invariavelmente responsável. Ele falou que Rashidi era conhecido como *encrenqueiro*, particularmente nas rodadas de cerveja. Acrescentou exemplos de tal comportamento, o que suscitou pedidos de chegarem a um acordo no *moot*. Rashidi negou esta reputação, mas foi, infelizmente para ele, contrariada pelo apelo direto de Ali a um dos membros do grupo de ação de Rashidi. Ali foi hábil em obter uma confirmação, ainda que de má vontade, de 21 a respeito da briga que Rashidi teve com ele em uma rodada de cerveja algumas semanas antes.

Provavelmente, encorajado pelo seu sucesso, Ali reiterou o que ele considerava ser a pobre reputação de Rashidi e continuou sugerindo indiretamente, mas é óbvio que Rashidi usou bruxaria e que era um mau vizinho em Ligomba. Entre murmúrios de reprovação das observações indiscretas de Ali, Yasiní (11) interveio pela primeira vez. Ele criticou veementemente a introdução de acusações de bruxaria e apelou a “todos os meus parentes” (ou seja, todos os homens de ambos os lados do *moot*) para o espírito de amizade e para que chegassem a um acordo rapidamente. O pai de Rashidi (15), indignado, negou qualquer sugestão de bruxaria, dizendo que se houvesse bruxaria em Ligomba isto não acontecia entre os seus parentes. Ele admitiu que o seu filho tivesse brigado anteriormente com Malindi e com 21, mas explicou que era o “mero resultado de questões entre jovens e bebida”, não sendo, por isso, uma questão relevante para o conflito presente. Em resposta, 2 (ZS de Saidi) decla-

rou abertamente que ele nunca tinha ouvido falar de bruxaria em Ligomba, mas que as queixas de Saidi eram justas. Outro membro do grupo de ação de Saidi, 1, observou que, embora sendo recém-chegado à comunidade, não imaginou que seus vizinhos praticavam bruxaria ou não teria se mudado para Ligomba. Consequentemente, 16 negou de forma veemente a imputação de que seu irmão usava bruxaria, mas foi interrompido por Yasini (11), que declarou que ninguém acreditava nisso e que era um grave erro falar sobre este assunto entre todos os parentes e vizinhos. Estas observações receberam aprovação geral de ambos os lados, enquanto Ali permaneceu em silêncio.

Yasini continuou a falar e todos ouviram sem interrompê-lo. Sugeriu que, embora Rashidi em certo sentido fosse culpado por ter atacado Malindi uma segunda vez, ele foi, ao mesmo tempo, seriamente ofendido por este sem nenhuma justificativa. A esposa de Rashidi teve uma criança – de quem Rashidi era o pai – e um homem não poderia aceitar tal insulto sem falar nada, sob nenhuma circunstância. Neste ponto houve uma discussão sem conclusão, alegando impotência em uma comunidade local próxima a Ligomba. Kabaya (13) interrompeu a discussão pedindo que ela terminasse imediatamente na medida em que parecia irrelevante, já que Rashidi não era impotente. Yasini aceitou esta afirmação em nome do *moot* e ninguém tentou contradizê-lo.

Após uma pequena pausa Saidi renovou a sua demanda por compensação de 60 *shillings* pelas injúrias sofridas por seu filho. Rashidi novamente rejeitou esta demanda com desprezo. Yasini voltou-se para 28 e 29 e disse que ele achava ser o valor muito alto. Estes dois homens, ambos neutros no conflito, sinalizaram concordância, mas nada disseram. Kabaya disse que nenhum pagamento era necessário nem seria justo. No entanto, 2 e 5 disseram que alguma compensação seria justificada, mas não propuseram nenhum valor. Saidi, então, perguntou a Rashidi sobre o quanto ele estava preparado a oferecer. Após algumas trocas de palavras confusas Zadiki (20) obteve a atenção do *moot* dizendo que, embora ele concordasse com Kabaya que nenhuma compensação deveria ser dada devido às linhas de vizinhança, um “pequeno pagamento de amizade” deveria ser feito por causa do braço quebrado de Malindi. Outro membro, 18, cunhado e amigo de Zadiki apoiou esta sugestão, dizendo que um pequeno pa-

gamento demonstraria a generosidade de 15 e de Rashidi. Kabaya concordou, mas acrescentou que o valor deveria ser pequeno. Saidi rejeitou a sugestão, mas Yasini perguntou a Rashidi quanto ele poderia oferecer. Rashidi permaneceu em silêncio, mas 20 sugeriu o valor de 20 *shillings*. Kabaya argumentou que este valor era muito alto e sugeriu 5 *shillings*, correspondentes à passagem do caminhão para Songea (sede do Distrito), onde Malindi foi tratado por um médico europeu. Ali disse que este valor era muito pequeno, e Saidi e 5 concordaram com ele. Yasini implorou tolerância em ambos os lados; era importante fazer o acordo, disse ele. “Todos nós somos parentes e vizinhos. Vamos terminar este caso e prosseguir em paz. Olhem! Não observaram que 8 e 19 adiaram os seus grupos de trabalho por causa deste conflito? Todos nós queremos trabalhar e beber cerveja juntos. Malindi foi a Songea naquele caminhão para ser tratado pelo médico europeu; dessa forma, não devemos, portanto, pagar a passagem?” Ele pediu a Saidi que concordasse com os 5 *shillings*, mas Saidi recusou; 5 pediu um pouco mais. Após alguma discussão ficou acordado que a soma de 12 *shillings* deveria ser paga. Vários membros do grupo de Rashidi, incluindo Kabaya, expressaram a sua aprovação, assim como Yasini, que implorou a Rashidi para que este pagasse algum valor imediatamente. Por fim, Rashidi ofereceu 2 *shillings*, aos quais Kabaya acrescentou mais um e 16 e 19, 50 centavos de shilling cada um. Sob a persuasão de Yasini, 15 ofereceu 20 centavos, que era, segundo ele, tudo que tinha. O dinheiro foi passado a Saidi por Yasini, que argumentou que o resto deveria certamente ser pago em breve. A esposa de Yasini trouxe, então, algumas cervejas e o *moot* terminou amigavelmente. Até onde tomei conhecimento, somente outros dois *shillings* foram de fato pagos a Saidi – em uma roda de cerveja alguns dias mais tarde. Na opinião de muitos dos homens a quem perguntei, muito provavelmente nada mais seria pago.

Alguns pontos sobre este caso devem ser destacados. Os grupos de ação das duas *partes* foram muito claramente definidos conforme os homens se sentaram na varanda da casa de Yasini ou próximos a ela, na medida em que se colocaram mais ou menos em lados opostos na entrada. O apoio dos membros de um grupo também ficou bem explícito – talvez de modo deliberado – pelas suas primeiras observações no começo do *moot*. Naturalmente, todos sabiam

dos alinhamentos relevantes em qualquer caso de conflito, mas as lealdades foram expressas e enfatizadas desta forma. Os dois parentes de Saidi, que não eram residentes de Ligomba, tiveram pequena participação nos procedimentos além de breves comentários em apoio às observações feitas pelo próprio Saidi.

O primeiro estágio do *moot* – a elucidação e a relevância dos fatos da disputa – foi monopolizado pelas *partes* e seus parentes-vizinhos mais influentes: Saidi e Ali de um lado, e Rashidi, seu pai e Kabaya de outro. O segundo estágio – negociação da compensação – foi iniciado por Yasini (11), apoiado pelos membros menos envolvidos nos grupos de ação: 2 e 5 de um lado, e 20 e 18 de outro – enquanto as *partes* permaneciam em silêncio ou faziam demonstração de intransigência, mas finalmente concordaram em se comprometer nos termos de seus apoiadores.

Um dos contendores iniciais, Malindi (4), vagamente contribuiu para os procedimentos. Ele deixou esta iniciativa para seu pai, assim como o fez na ocasião de recrutar os grupos de ação antes do segundo *moot*. Ele esteve ausente de Ligomba na ocasião do primeiro *moot*, quando foi ao hospital em Songea. O outro contendor, Rashidi, no entanto, foi uma liderança. A explicação dessa diferença parece residir no caráter dos dois homens envolvidos no conflito e nas suas relações com seus respectivos pais. Rashidi era uma pessoa mais agressiva, enquanto Malindi era um homem mais quieto, de pouca assertividade. O fato de ambos serem ainda jovens não é significativo, já que mesmo homens mais velhos, com disposição moderada, permitirão a um parente mais influente a liderança nos procedimentos de um conflito. Neste exemplo nenhum dos pais era um homem particularmente influente na comunidade, e ambos estavam preparados para compartilhar a liderança com um notável nos seus grupos de ação – Ali (6) e Kabaya (13), respectivamente. Tanto Ali quanto Kabaya eram primos de primeiro grau do pai de um dos contendores (ou seja, claramente um parente-vizinho), mas isto é menos importante do que o fato de que ambos eram reconhecidamente homens de influência na comunidade; cada um tinha a habilidade e a ambição de assumir a liderança, e cada um buscava a oportunidade de demonstrar e realçar a sua influência. Estes dois homens eram, num certo sentido, rivais por influência, e este fato os estimulou a liderar os grupos de ação

opostos que se apresentaram no conflito. Neste evento, embora a realização de Kabaya não tenha sido particularmente destacada, a reputação de Ali foi diminuída na medida em que, ao fazer referência à bruxaria, não foi diplomático nem sábio. Ali não somente reduziu o sua estatura como um notável, mas foi um prejuízo decisivo aos interesses de Saidi, que foi uma razão para o repúdio à sugestão de bruxaria por outros membros do grupo de ação Saidi.

A posição estrutural de intermediário imposta a Yasini (11) estava bastante clara. O próprio Yasini reconheceu esta posição e assumiu o papel de mediador ativo assim que o *moot* revelou a extensão da diferença entre as *partes*. Embora não tivesse nenhuma relação direta de parentesco com as *partes*, ele não poderia ter se mantido um mediador neutro passivo. De um lado, por meio do casamento das suas filhas, ele estava ligado aos membros do grupo de Rashidi, e ele e Rashidi e seu pai geralmente participavam dos grupos de trabalho de cada um durante a estação da seca; ele era também muito próximo ao notável, Kabaya (13). De outro lado, ele igualmente tinha uma ligação-próxima com outro notável, Ali (6), seu primo de primeiro grau; ele também tinha elos recíprocos de grupos de trabalho com alguns outros membros do grupo de Saidi. No entanto, Yasini não era um homem de temperamento muito forte e parecia não ter grandes ambições para conquistar influência na comunidade como um todo. Por este motivo, eu acho, ele foi um mediador eficaz nas circunstâncias apresentadas, uma vez que não buscou para si nenhuma vantagem da posição de mediador. Pareceu a mim, e aos meus informantes, que Yasini não era totalmente imparcial; ao contrário, ele estava mais inclinado para o lado de Rashidi. Os ferimentos de Malindi foram relativamente sérios, já que ele não pôde trabalhar nos campos naquele período atarefado do ano; e talvez tivesse obtido uma compensação maior apesar de ter sido responsável por provocar a briga. Yasini foi, pelo menos parcialmente, responsável pelo acordo que de fato aconteceu.

A maneira como Yasini desempenhou o papel de mediador é típica dos processos de mediação de conflitos entre os Ndendeuli. Ele permaneceu quieto até o estágio em que a negociação propriamente dita começou, e, então, independentemente dos apelos de boas intenções e concórdia na comunidade,

ele agiu, com efeito, como um porta-voz ao estabelecer o que considerava ser o sentimento do *moot*, abrindo caminho para a próxima fase da discussão. Assim, conforme a discussão prosseguia em cada instância, ele afirmava que as sugestões de bruxaria eram tanto erradas quanto irrelevantes, que a imputação de impotência era falsa, e que 60 *shillings* eram um valor muito alto como compensação, embora reconhecesse que algum pagamento fosse justificável. Ele finalmente insistiu com Rashidi que este não somente concordasse com a soma de 12 *shillings*, mas também que fizesse o pagamento de uma parte deste valor imediatamente. Ainda que Yasini tenha tido o apoio de outros membros do *moot* em cada argumento, assim como, em geral, estivesse apenas enfatizando as suas sugestões, estes foram passos críticos no movimento em direção ao estabelecimento de um acordo.

Devo destacar também a tentativa de Yasini em envolver os neutros manifestos 28 e 29, em apoio ao compromisso e ao acordo. Isto, no desenrolar dos acontecimentos, não foi nem importante nem necessário, mas poderia ter sido caso os contendores tivessem sido mais intransigentes. Sedi (29) me contou posteriormente que ele não considerava o conflito como sendo seu ou dos seus parentes, o que, portanto, o levou a desejar permanecer passivo ao longo do *moot*. No entanto, ele estava interessado o bastante para permanecer no *moot* e provavelmente teria sido estimulado a participar como mediador caso o conflito tivesse continuado. Sedi também comentou que se Konga (23) não estivesse ausente de Ligomba, ainda que não estivesse, em absoluto, envolvido no conflito, é provável que tivesse tentado desempenhar um papel ativo na mediação do mesmo. “Konga gosta de ter poder e de mostrar que ele é um grande homem, um homem a quem as pessoas escutam”, ele disse. Portanto, na opinião de Sedi pelo menos, Konga teria certamente sido levado por suas ambições a ignorar o seu *status* como neutro neste conflito. Diferentemente de Yasini, ele não teria sido quase forçado ao papel de mediador, mas teria escolhido adotar este papel. Não é satisfatório à análise recorrer a suposições deste tipo, mas o significado da opinião de Sedi é importante para a compreensão do processo social envolvido.

Foi um grande fracasso a tentativa de explorar a alegação de impotência feita contra Rashidi – um motivo reconhecido na briga. Como pudemos observar, Yasini bloqueou esta linha de discussão depois que ambos, Rashidi e seu pai, nada falaram a não ser vagas negações vazias. Após outras investigações tomei conhecimento de que Rashidi era quase certamente impotente e que a criança da sua esposa tinha sido gerada por seu irmão mais velho. Os informantes de Ligomba não desejavam discutir este assunto e as minhas indagações obviamente não eram bem-vindas; mas meu assistente de campo relatou que a maioria dos homens acreditava que as alegações eram verdadeiras. Se isto é realmente verdade, explica, de um lado, por que uma defesa mais enérgica não foi feita e, de outro, por que Rashidi e seu pai foram persuadidos a aceitar prontamente as demandas por compensação com o intuito de prevenir futuras discussões. Eles – e Kabaya, o notável – não queriam que esta questão fosse debatida publicamente, temendo uma situação de ridículo e de vergonha. No entanto, se a alegação era verdadeira ou não, permaneceu como uma provocação à violência e, neste caso, a responsabilidade foi de Malindi.

Esta questão relaciona-se com a maneira como a acusação de bruxaria foi tratada. Nesse caso, o *notável* Ali (6) foi além de suas atribuições e enfraqueceu a causa do lado em que se encontrava. Parecia não haver justificativa da sugestão – mesmo tendo Ali a colocado de forma oblíqua – na história de Rashidi e seus parentes. Tais acusações são feitas contra pessoas que alegadamente cometeram outras ofensas, em geral contra alguém que é recorrentemente um instigador. Tal acusação é um grave problema e coloca um conflito num nível ainda mais sério e mais difícil de ser tratado. A acusação de feitiçaria parece ser mais eficaz quando um conflito é prolongado e quando o equilíbrio de opiniões caminha contra um *principal*; geralmente ocorre quando um conflito é parte de uma série de outros muito proximamente interconectados entre as mesmas pessoas. Dificilmente os Ndendeuli alcançam um acordo e uma reconciliação satisfatória depois que uma acusação de feitiçaria é feita publicamente; é comum uma ou outra parte deixar a comunidade. Isto parece ser verdadeiro empiricamente, mas em qualquer um dos casos, os Ndendeuli pensam e dizem que alguém acusado de bruxaria e o seu acusador não po-

dem continuar a ser vizinhos e que o conflito entre eles dificilmente é resolvido. Sendo assim, acusações de feitiçaria levantam a possibilidade, por sua implicação, de um rompimento das relações internas à comunidade e uma falha em administrar um conflito. Os Ndendeuli acreditam e temem a feitiçaria, mas implicitamente eles a associam à falha do controle social considerado normal.

Dessa forma, a acusação indireta de Ali foi sentida pela maioria dos homens de ambos os lados como sendo, ao mesmo tempo, irrelevante e perigosa, o equivalente à sugestão de que o conflito não poderia ser administrado e que as *partes* não poderiam continuar sendo vizinhas. Ali devia ter percebido isto – de fato, estou convencido de que em outros momentos ele o percebeu, uma vez que eu já havia discutido a questão da bruxaria com ele em outras ocasiões –, e assim podemos conjecturar que ele estava por demais preocupado com os seus esforços em demonstrar a sua influência e liderança e, com isso, se destacar de seu rival, Kabaya (13). O seu erro foi infeliz, também, em outro sentido, qual seja, ofereceu a oportunidade a Rashidi e àqueles que o apoiavam de fazer um longo, aquecido e orgulhoso protesto, assim como a negação da acusação, tornando a alegação de impotência mais facilmente ignorada. Os membros do próprio grupo de ação de Saidi (ou seja, 2 e 1) estavam virtualmente compelidos a repudiar a imputação de Ali, assim como Saidi também estava pelo simples fato de permanecer em silêncio. Por tanto, involuntariamente, sem dúvida, Ali enfraqueceu o caso que ele estava promovendo e prejudicou a sua própria reputação pessoal. Nesta competição com Kabaya ele não somente derrotou seus próprios objetivos, como também colocou em perigo suas relações com Yasini que, sendo igualmente muito ligado a ambos os homens, foi colocado neste contexto ao lado de Kabaya. Conforme mostrarei adiante, a competição entre Ali e Kabaya sobre e através de Yasini foi persistentemente significativa na comunidade e nos negócios no interior da mesma.

Finalmente, eu lembro que, embora houvesse o acordo sobre a compensação de 12 *shillings*, somente seis *shillings* e 20 *cents* foram realmente oferecidos. As pessoas não esperavam que o restante fosse pago. Parecia improvável que Saidi reabrisse o caso, criando uma grande questão sobre a quantia

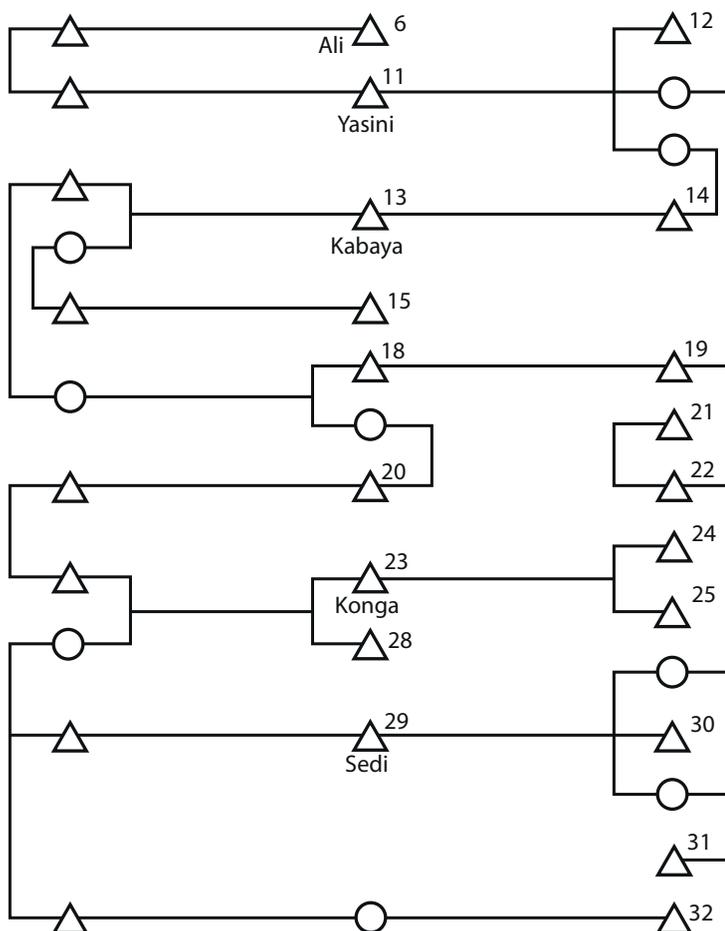
pendente; ele provavelmente tinha pouco anseio por isto, uma vez que os ferimentos de Malindi haviam sarado satisfatoriamente e aqueles que o apoiavam no seu grupo tinham pouco a ganhar se o encorajassem para isto. Yasini me disse que o problema havia terminado; que ele não deveria ser levantado novamente ou todo o conflito poderia ser renovado. Ele, também, não queria mais falar sobre esta questão visto que afetaria suas próprias relações de vizinhança. Consequentemente, ninguém tinha nada a ganhar com a insistência do pagamento da quantia total, e a opinião geral era contra qualquer iniciativa que pudesse colocar em risco boas relações de trabalho entre os vizinhos. Sedi (29) sugeriu que possivelmente a dívida não paga seria novamente mencionada no futuro se Malindi e Rashidi ou seus parentes se encontrassem mais uma vez envolvidos em algum outro conflito. Sua suspeita poderia estar correta; e a chance de outro conflito era fantasiosa porque, ainda que o *moot* tivesse terminado bem e com um acordo, o insulto de impotência, a alegação de bruxaria e a discussão amarga, assim como discussões anteriores, todas se mantiveram por algum tempo. Elas eram potencialmente um solo fértil para futuros problemas. Por outro lado, entretanto, como a vida da comunidade prosseguiu e novos conflitos e disputas trouxeram novos alinhamentos de apoio e oposição, esse conflito particular cada vez menos produzia clivagens dominantes em Ligomba, tais como aquelas de facções. Muitas outras pessoas, além de Yasini, reduziram as diferenças entre os dois lados com suas próprias relações de vizinhança para que uma clivagem assim pudesse se desenvolver. Neste tipo de sistema de redes, facções persistentes são, empírica e logicamente, improváveis de acontecer na medida em que cada disputa sucessiva tende a produzir seus próprios alinhamentos particulares e efêmeros.

### • **Caso 3. Reivindicação de um credor (setembro)**

Cerca de três semanas após o final do caso anterior, um pequeno *moot* foi organizado na casa de Konga para debater a respeito de um desacordo em relação à organização dos grupos de trabalho para 19 e Sedi (29), que, mais tarde descobriu-se, tinha sido organizado para o mesmo dia. Então, alguns homens (tais como 20 e 22) tinham obrigação de integrar ambos os grupos de

trabalho no mesmo dia. Não há nada de incomum nesse tipo de desacordo, uma vez que, não havendo nenhuma organização central de um cronograma dos grupos de trabalho, alguns conflitos de datas são esperados; e eles podem ser ajustados em um *moot* amigável constituído pelas pessoas interessadas nele. Este *moot* foi administrado pelo notável Kabaya (13 na Figura 4), embora ele estivesse apenas periféricamente envolvido.

Figura 4



No decorrer de uma fofoca casual durante a rodada de cerveja, ele foi informado de que um jovem solteiro, filho de Sedi, tinha acabado de voltar de um trabalho fora da comunidade e, conseqüentemente, aproveitou a oportunidade para pedir a Sedi que reembolsasse a dívida de um bode que Kabaya havia lhe fornecido há um ano, para o dote de 30, outro filho de Sedi. Kabaya era uma exceção nesta parte do país em manter um pequeno rebanho de bodes, com o qual ele fazia um lucro modesto ao vender ou alugar um animal eventualmente. Sedi e seu filho tinham desejado impressionar a esposa do pai e evitar o serviço de um pretendente e, como consequência, tinham obtido um bode como promessa de pagamento em dinheiro em um futuro próximo não especificado. Agora Kabaya esperava ser pago, uma vez que ele acreditava que o filho mais novo de Sedi tinha trazido para a comunidade algum dinheiro depois de trabalhar como mão-de-obra migrante. Primeiramente Sedi tentou negar que o filho tinha trazido algum dinheiro e declarou que ele próprio não havia tido oportunidade para ganhar dinheiro. Kabaya ficou indignado, dizendo que o filho tinha que ter trazido o suficiente para reembolsar a dívida. Ele resmungou que Sedi não havia feito nenhuma tentativa para pagar o que ele devia, lembrando que era a segunda vez que ele reivindicava o seu direito tendo se passado mais de um ano. Sedi não mostrou nenhum sinal de arrependimento ou desculpas, mas, ao ser pressionado, ofereceu cinco *shillings* a Kabaya como parte do pagamento. Ele também observou que o bode era um animal velho e pobre, que já tinha morrido e que, como consequência, o sogro estava muito insatisfeito. A esta altura Kabaya perdeu o controle; ele repudiou a difamação do seu bode, rejeitou a oferta de parte do pagamento e saiu da casa gritando que não deixaria o caso como estava e que Sedi era um ladrão.

Kabaya e o notável Konga (23) conduziram as negociações para a realização do *moot*, concordando que seria realizado na casa deste. Os *grupos de ação*, cada um recrutado pelo *principal*, foram os seguintes:

Grupo de ação de Kabaya (13)	Grupo de ação de Sedi (29)
11 (SWF)	23, 28 (FZS)
12 (SWB)	24, 25 (FZSS)
15 (MBS)	30 (S)
18 (FZS)	31 (DH)
19 (FZSS)	32 (FBDS)
20 (ZH de 18) (7 homens)	(8 homens)

*Legenda interpretada pela tradutora: SWF: pai da esposa do filho; SWB: irmão da esposa do filho; MBS: filho do irmão da mãe; FZS: filho da irmã do pai; FZSS: filho do filho da irmã do pai; ZH: marido da irmã; S: filho; DH: marido da filha; FBDS: filho da filha do irmão do pai; Z: irmã.*

Esperava-se que Zadiki (20), estruturalmente intermediário neste contexto, e não estando diretamente relacionado ao principal, tivesse atuado como mediador em vez de aparecer como membro de um dos *grupos de ação*. Houve, entretanto, boas razões para a sua escolha. Zadiki era há muito tempo um amigo próximo e um associado constante do irmão da sua esposa (18) e, portanto, tendeu a se alinhar a este; do mesmo modo, sua inclinação foi aprofundada por causa de seu antagonismo mal contido em relação ao seu primo, Konga, fato que o tornou mais dependente de 18 e dos seus laços de vizinhança. Isto ocorreu devido a sua relação, por exemplo, com 13 e 15. Zadiki, por sua vez, não sentiu necessidade de apoiar nem Konga nem Sedi. Embora o caso 1 tenha sido administrado e aceito por ambos, Zadiki e Sedi, eles não tinham se reconciliado inteiramente; pelo menos é o que parece pelo fato de que Zadiki não estava preparado para atuar como mediador no conflito de Sedi. Do mesmo modo, ao longo do *moot* ele não escolheu não participar, o que poderia ter feito, provavelmente porque quisesse reforçar o seu apoio a 18 e a Kabaya. Por outro lado, o filho de Zadiki, Rajabu (22, genro de Sedi), e 21 ficaram diante de um dilema (especialmente Rajabu) pela atitude do seu pai e pelo próprio contexto do conflito. Ambos preferiram não participar e saíram de Ligomba por alguns dias. Consequentemente, não houve um intermediário no *moot*. Esta circunstância parece ter oferecido uma abertura para o notável Ali (6), visto que ele participou do *moot* e sentou-se, em princípio, com

o grupo de Kabaya, vindo a assumir o papel de mediador. Ele não tinha sido convidado por Kabaya e, muito provavelmente pela sua rivalidade com este, Kabaya também não desejava que ele estivesse ali. Embora não quisesse evitar sua bem-sucedida atuação como mediador durante o *moot*, Ali tampouco disfarçou sua parcialidade quanto à reivindicação de Kabaya como sendo um legítimo credor. Em seu papel de mediador ele fez uso da longa amizade com Konga (23, seu primo de segundo grau) na intenção de conquistar um compromisso administrável e a reconciliação entre as duas *partes*. Em consequência da sua cuidadosa intervenção, Ali também foi bem-sucedido em evitar a eclosão de uma hostilidade entre Zadiki, Konga e Sedi.

O *moot* não se estendeu, e com o isolamento bem sucedido de Zadiki não houve nenhuma complicação para se chegar ao acordo que estava sendo negociado. Os fatos eram tão óbvios para todos que foi impossível produzir diferenças reais de opiniões; os procedimentos foram totalmente voltados para a determinação de algum pagamento de Sedi para Kabaya. Finalmente, Sedi pagou 20 *shillings* diante dos homens reunidos – ele já possuía o dinheiro em seu bolso e evidentemente chegou ao *moot* preparado para pagar alguma coisa. Ele prometeu pagar mais quatro *shillings* posteriormente, embora nenhum limite de tempo tenha sido fixado pra isto. Sedi admitiu ter pouco conhecimento sobre bodes, em particular o que estava em questão. Como uma forma de se desculpar, falou que repetiu meramente as queixas sobre a baixa qualidade do bode que havia sido feita pelo sogro do seu filho. Todos os homens concordaram eufaticamente que os sogros sempre se queixam do dote que eles recebem (apesar de vários dos que estavam ali serem eles mesmos sogros); e este foi o espírito com o qual eles beberam cerveja juntos, fornecida por Sedi.

Quando o *moot* acabou, uma questão permaneceu, pelo menos para mim como observador, sobre por que Ali participou mesmo sem ser convidado e assumiu o papel de mediador. Meus informantes em Ligomba, no entanto, não estavam intrigados, conforme descobri em conversas posteriores com Yasini (11), Konga (23) e 18. De acordo com eles, Ali queria participar de qualquer questão pública na comunidade porque “ele é um grande homem”. Embora isto não seja totalmente verdade (Ali não participou do *moot* no Caso 1, por

exemplo), é muito relevante. Os notáveis adquirem e mantêm sua reconhecida influência por suas bem-sucedidas participações nos *moots*. Foi sugerido a mim posteriormente que Ali queria tentar recuperar a reputação que indubitavelmente ele havia perdido pelo seu mau julgamento no Caso 2. Que ele foi bem-sucedido estava claro. Na verdade, Konga o cumprimentou no *moot* – embora tenha sido como um velho amigo querendo ser generoso. Mais significativo ainda, Kabaya foi obrigado, perante o estímulo de Yasini, a expressar gratidão pela intervenção e auxílio de Ali. Sendo um litigante e um *principal* no *moot*, Kabaya não estava, naturalmente, em uma posição fácil para assumir a liderança nas negociações, tendo necessariamente que aceitar e estar satisfeito com o auxílio de Ali. Ele não podia ter encontrado melhor mediador no evento; e acredito que estava aliviado com o fato de que a tensão entre Zaidiki e Sedi não interferiu na administração dos seus próprios negócios. Ainda assim, Kabaya não gostou de admitir uma obrigação de gratidão em relação a Ali, e provavelmente ele também não desejava que, por seu intermédio, Ali recuperasse parte de sua reputação em Ligomba.

No entanto, havia mais na ação de Ali. Ele foi um rival de Kabaya, não somente por influência pública, como também pelas alianças do parente comum, Yasini. Ali entendeu que, nesse caso, assim como em ocasiões anteriores, Yasini era francamente obrigado a apoiar Kabaya. Isto, todavia, tendeu a afastar Yasini do próprio Ali, e, conseqüentemente, ele parece ter escolhido se unir a Yasini para auxiliar Kabaya mais do que permitir uma separação entre eles. Passado algum tempo, ele disse para mim: “Yasini não é meu irmão? Então, tenho obrigação de ajudá-lo e apoiá-lo. Eu não posso deixá-lo por conta própria quando ele ajuda outro vizinho. Nós somos um, irmãos, e somos muito mais próximos do que ele e Kabaya.<sup>10</sup> Eu fui com ele quando ele ajudou Kabaya para mostrar o quanto somos próximos, irmãos e vizinhos.” Não há razão para se supor que, nesta ocasião, Kabaya tivesse tentado deliberadamen-

<sup>10</sup> Não há um dogma rígido entre os Ndendeuli, o que faz com que, genealogicamente ou em termos de direitos e obrigações, o primo de primeiro grau seja “mais próximo” do que o pai da esposa do filho. No entanto, em qualquer caso, Yasini dificilmente desejou diferenciar a intensidade dos seus laços valiosos com qualquer um dos seus “irmãos”. Sobre isto, a organização dos grupos de trabalho no período das águas que se seguiu foi um teste, quando os grupos de trabalho de Ali e Kabaya discordaram sobre o cronograma. Yasini escolheu participar do grupo de Ali, enquanto o seu filho trabalhou no grupo de Kabaya.

te enfatizar sua ligação com Yasini ou enfraquecer os laços entre este último e Ali. Ele tinha todo o direito de esperar o apoio de Yasini no conflito com Sedi. Apesar disso, ele parecia ameaçar a posição de Ali. Nesse evento, então, Ali pôde enfatizar tanto a sua ligação com Yasini quanto a sua capacidade para a liderança – a despeito do seu rival, Kabaya; mas conseguiu o que queria sem se opor abertamente a Kabaya.

#### • **Caso 4. Uma querela entre primos (novembro)**

Aproximando-se o final da seca, 25 e seu pai, Konga (23), foram visitados pelo pai da esposa de 24. Um pequeno encontro para beber cerveja foi organizado por Konga e, além dos convidados, também participou o filho de Konga e Saidi (3), Ali (6), Mitedi (28), Sedi (29) e 30 (ver Figura 1). No dia seguinte, enquanto o visitante ainda estava em Ligomba, Zadiki (20) foi se queixar com Konga com grande indignação porque, ele disse, não tinha sido convidado. Ele alegou que Konga o ignorou – uma atitude inamistosa – e que este fez parecer ao visitante que ele não era importante. Kabaya alegou que havia mandado um dos seus netos à casa de Zadiki para falar sobre o encontro para beber cerveja e que ele supôs que por alguma razão Zadiki preferiu não ir. Zadiki insistiu que não soube do evento (do contrário, ele certamente teria participado) e perguntou por que Konga não se certificou de que a mensagem tinha sido levada. Ele ainda acrescentou que um neto, sendo ainda novo, não era um mensageiro apropriado nem confiável. Konga tentou ignorar o problema, considerando que foi um infeliz incidente, mas a sua complacência pareceu irritar ainda mais Zadiki. Ele criticou Konga, seu primo em primeiro grau, enumerando ocasiões passadas, quando ele teria igualmente falhado em seus convites ou em ajudá-lo de outras formas. Ele se referiu ao Caso 1, dizendo que Konga deveria ter-lhe dado suporte. Em seguida, Zadiki saiu fazendo muitas recriminações que terminaram em gritaria, da qual 24 também participou (aborrecido, ele disse, porque seu sogro ainda estava lá).

Dois dias depois, Zadiki retornou à casa de Konga, novamente exasperado. Ele tinha duas queixas. Primeiramente, alegou que algumas das netas novas de Konga (filhas de 24 e 25) insultaram a sua esposa na fonte de água,

derrubando e quebrando um pote de água. Este incidente havia ocorrido no dia posterior à sua última visita. Em segundo lugar, ele ouviu uma mulher dizer que, depois que ele saiu na ocasião anterior, 27 (o filho recém-casado de Konga) tinha feito zombarias dele para outras pessoas, comparando-o com um galo empertigado, assim como fez imitações caricatas do seu jeito de andar e dos seus gestos. Zadiki agora exigia desculpas por ambos os incidentes, mais a reposição do pote de água quebrado. Konga tentou convencer Zadiki de que se tratava de coisa de meninas e de um espírito zombeteiro do seu filho (cuja reputação era a de ser um palhaço). Ele ignorou o pedido de um novo pote. Outra cena inflamada aconteceu, e quando Zadiki saiu da casa, ele gritou que não deixaria o problema como estava. Este último também não ignoraria o que aconteceu, desde que conseguisse o apoio de parentes-vizinhos para organizar um *moot* e considerar o conflito.

Acredito que tanto a querela quanto a disputa eram iminentes há algum tempo; e não foi a primeira deste tipo. Antes de descrever o curso do *moot*, no entanto, devo atentar para o contexto dado, à luz da história das relações entre estes homens.

Quando Ligomba foi originalmente fundada, Zadiki não tinha acompanhado o seu pai (F; ver Figura 1) como um pioneiro porque naquela época ele vivia na comunidade local do pai e do irmão da sua primeira esposa, onde atuou como requerente e, então, casou pela segunda vez. Ele chegou a Ligomba apenas quando a prolongada e séria doença de seu pai deixara a sua mãe e uma irmã solteira sem nenhum apoio de um homem. Seu pai morreu logo em seguida. Pouco tempo depois, provavelmente em 1938, ele teve um litígio com seu primo, vizinho de Konga (23), alegando que o filho mais velho deste (24, um jovem solteiro) tinha tentado seduzir a sua esposa junior. No *moot* subsequente ele se viu isolado; o único suporte que recebeu foi do filho da irmã de sua mãe,<sup>11</sup> mas Konga obteve um forte apoio de A, J, Ali (6), Mitedi (28), Sedi (29) e alguns outros que não residem mais em Ligomba. A alegação de Zadiki foi rejeitada, e fui informado 15 anos mais tarde que aqueles que apoia-

---

<sup>11</sup> Desde então este homem mudou-se de Ligomba. Na época do litígio, 13, 15 e 18 ainda não viviam na comunidade. Ver a genealogia na Figura 1.

ram Konga eram de opinião que a jovem esposa de Zadiki era imoral em termos sexuais – aparentemente, a acusação do marido foi baseada nas palavras da sua esposa. No entanto, o *moot* foi um fracasso porque Zadiki mostrou-se inflexível para retirar a queixa contra 24. Um segundo *moot* foi organizado, mas a esposa em questão abandonou Zadiki na noite anterior, declarando que queria o divórcio para viver com outro homem. Sem saber o ocorrido, os homens se encontraram na casa de Zadiki na manhã seguinte, conforme havia sido combinado. Com a provocação de A e Ali, Zadiki, desta vez, concordou em retirar a queixa contra 24; mas ele fez isto envergonhadamente, queixando-se de que os seus parentes estavam contra ele e não o ajudaram nas suas dificuldades. Ele acusou A e Ali, que eram tão próximos dele quanto de Konga, de favorecer este em vez de serem mediadores amigáveis. Insultos exaltados foram trocados em seguida. Todavia, J e o filho da irmã da mãe de Zadiki (que, note-se, era independentemente ligado por intermédio da esposa de J) combinaram de atuar como mediadores, persuadiram Zadiki de retirar todas as alegações e ofereceram ajuda a ele a respeito do abandono da sua esposa.

Posteriormente, esses dois homens e Mitedi (28) acompanharam Zadiki ao *moot* na comunidade local do pai daquela esposa. Eles conseguiram um acordo de divórcio e parte da reposição do dote. No entanto, Zadiki não parecia estar reconciliado com suas circunstâncias nem com seu primo, Konga, posto que, num subsequente encontro para beber cerveja, teve uma desavença com ele e com Ali porque nenhum dos dois foi com ele ao *moot* para o divórcio. Não parece ter havido consequências imediatas a este evento, mas isso estabeleceu o tom das relações futuras entre estes homens.

Pouco depois deste episódio, Zadiki patrocinou a chegada de Tanda (18), irmão da sua primeira esposa, como novo residente em Ligomba e, posteriormente, Tanda patrocinou Kabaya (13), que chegou acompanhado de 15. Anos mais tarde Ali me explicou que Zadiki tinha que conquistar novos vizinhos confiáveis que iriam apoiá-lo ou ele teria que sair de Ligomba. A escolha pode não ter sido tão nítida assim, mas era evidente a vantagem de Zadiki de ganhar estes vizinhos, de modo que pudesse ficar menos dependente de Konga, Ali e outros, que, indubitavelmente, não pareciam leais a ele, sendo até mes-

mo hostis. Como se constatou mais tarde, Kabaya tornou-se um sério rival de Ali e Konga devido a sua influência e liderança em Ligomba, e em vários incidentes Zadiki se colocou ao lado de Kabaya. As relações entre Zadiki e Konga permaneceram frágeis. Apesar disto, continuaram mantendo um mínimo de cooperação nas relações de vizinhança pelo interesse de ambos os primos; além do mais, era também do interesse de seus respectivos parentes-vizinhos manter relações de cooperação de trabalho através dos laços providos por eles. Os interessados neste caso eram os filhos de Zadiki e Konga, assim como TANDA (18), 19, Mitedi (28) e Sedi (29) (ver genealogia na Figura 1). Alguns destes homens durante muitos anos tinham sido membros dos mesmos grupos de trabalho, bem como dos mesmos *grupos de ação*, incluindo o período de preparação dos campos na estação da seca de 1953. Eles, portanto, desejavam que a cooperação continuasse na estação das águas, que já estava prestes a chegar.

Por outro lado, as relações entre Zadiki e Konga estavam longe de ser cordiais. Apenas por um pequeno período de tempo (Caso 1), Konga, como intermediário estrutural entre Zadiki e Sedi (29), se mostrou, na opinião de vários homens, inclusive do próprio Zadiki, ao ficar a favor de Sedi quando atuou como mediador. Posteriormente, no Caso 3, Zadiki e Konga foram membros de *grupos de ação* opostos; isto foi devido parcialmente em função do seu próprio conflito, já que em outras circunstâncias dois primos como eles teriam muito provavelmente aproveitado a oportunidade para atuarem juntos como mediadores no litígio. No entanto, os dois falharam ou, até onde pude me certificar, nem tentaram organizar juntos a mediação.

O presente litígio surgiu dessa história de relações (brevemente contadas antes) entre os dois homens e das suas posições atuais na rede de parentesco de Ligomba. Konga foi provavelmente responsável por iniciar esta última fase por não ter se certificado de que o seu primo tivesse sido apropriadamente convidado para o encontro para beber cerveja – e talvez ele não tenha mesmo desejado que ele estivesse lá. A questão a respeito do pote de água foi apenas um pequeno problema que, sem dúvida, poderia ter sido resolvido entre eles. No entanto, Zadiki ficou furioso com isto e pareceu aproveitar a oportunidade para usá-lo contra Konga. Este último não se mostrou muito interessa-

do deixar seu primo confortável em relação ao problema colocado. Além disso, de acordo com um informante (3), Kabaya (13) encorajou Zadiki a insistir em um pedido de desculpas e uma reparação publicamente. A julgar por esta evidência, Kabaya procurou a chance para envergonhar o seu rival e Zadiki pareceu bastante grato em aceitar o seu conselho.

No *moot* os grupos de ação foram compostos da seguinte maneira:

Grupo de ação de Zadiki (20)		Grupo de ação de Konga (23)	
21	(S)	24, 25	(S)
18	(WB)	28	(B)
19	(S de 18)	29	(MBS)
13, 14	(MBS e filho de 18)	32	(MBDS)
15	(MBS de 13)	6	(FMBDS)
		3	(FMDBS)
	(7 homens)		(8 homens)

*Legenda interpretada pela tradutora: S: filho; WB: irmão da esposa; M: mãe; B: irmão; MBS: filho do irmão da mãe; F: pai; D: filha; MBDS: filho da filha do irmão da mãe; FMBDS: filho da filha do irmão da mãe do pai.*

Nesse contexto, Yasini (11) não tinha nenhuma ligação próxima com qualquer das partes, mas foi forçosamente pressionado à posição de intermediário estrutural como resultado do convite de Tanda (18) e Kabaya (13), de um lado, e Ali (6), de outro, a unir-se aos seus respectivos grupos. Ele saiu de Ligomba no dia anterior ao *moot* para visitar um parente. Desta forma, os homens no *moot* presumiram, corretamente, que ele teria optado por não fazer parte de uma situação difícil na qual não teria nenhuma vantagem ou desvantagem em potencial. Não obstante, um homem mais ambicioso assumiria o papel de mediador neste contexto. Rajabu (22) também foi colocado numa posição ambivalente; ele claramente deveria ter apoiado o seu pai, Zadiki (20), mas não queria agir num grupo oposto àquele no qual se o seu sogro, Sedi (29), estava atuando. Como no Caso 3, Rajabu decidiu não participar, apesar do descontentamento do seu pai e, por ser muito jovem e não familiarizado com os seus vizinhos, ele não era (diferentemente de Yasini) um mediador potencial.

O meu relato deste *moot* foi baseado na informação do meu assistente de

campo e informantes de Ligomba, como eu não pude estar presente. Zadiki começou o *moot* repetindo longamente as queixas de que Konga o teria insultado, pelas formas já descritas e continuou a se referir às ocasiões anteriores quando Konga não preencheu as suas expectativas. Zadiki falava com crescente indignação no mesmo tom com que Konga o respondia, ignorando completamente as queixas de Zadiki e levantando outras queixas pelo comportamento que Zadiki teria tido contra ele no passado. O notável Kabaya falou em apoio de Zadiki, assim como Ali prosseguiu em apoio a Konga; 15 também apoiou as alegações de Zadiki, atacando Ali<sup>12</sup> diretamente. Conforme os humores dos homens se exaltavam no *moot*, as emoções também começaram a crescer, mas, gradualmente, uma aliança entre Tanda (18) e 19, de um lado, e entre Mitedi (28) e 25, do outro, proporcionou o estabelecimento de um acordo e uma aberta reconciliação. Como insistissem em uma solução conciliatória, eles foram apoiados por Sedi (29) e 32, e depois seguidos por Ali. Finalmente Kabaya aconselhou Zadiki a aceitar as desculpas de Konga e seu filho, 27 (que tinha feito imitações caricatas dele). Como 27 não estava presente no *moot*, sob orientação do seu irmão, o pedido de desculpas foi feito em seu nome, por este irmão, 24. Zadiki também concordou em retirar as queixas contra Konga.

Diante do ocorrido, o *moot* foi inconclusivo na medida em que nem o problema imediato nem os problemas mais profundos e de longa duração foram resolvidos. Provavelmente isto era impossível ou, pelo menos, não era desejável que fossem mesmo resolvidos, posto que um acordo de verdade e o estabelecimento de relações amigáveis, “fraternas” e de vizinhança estavam fora de questão devido ao antagonismo pessoal entre os dois homens e as posições em que se encontravam em direções estruturalmente opostas. Tudo iria depender de circunstâncias futuras, naturalmente, mas alguma base parece ter sido traçada para a continuação de algum tipo de relação de trabalho entre os dois homens. Os mediadores do *moot* estavam preocupados em prevenir a continuação da discussão sobre o litígio imediato devido ao perigo que daí pode-

<sup>12</sup> Tanto Saidi (3) quanto o meu assistente acreditavam que o ataque de 15 foi resultado das acusações de bruxaria que Ali fez anteriormente contra o seu filho (no Caso 2). Isto pode ter sido verdade, uma vez que 15 não falava abertamente nos *moots* e, nesta ocasião, a sua obrigação de apoiar Zadiki não era muito forte; 15 talvez tenha desejado mostrar a sua ligação com o notável Kabaya (13).

ria surgir. Sedi (29) contou-me depois que ele, assim como outros que participaram, queriam interromper com a desavença, não continuá-la. A questão do pote de água não foi nem considerada durante o *moot*, embora Zadiki tenha se queixado na sua declaração de abertura.

O *moot* realmente alcançou o maior resultado – ao menos por enquanto –, qual seja, o de prevenir a cristalização da hostilidade, não somente entre Zadiki e Konga, mas também entre os respectivos membros de cada grupo. Mesmo temporariamente, não houve colapso da cooperação de vizinhança em Ligomba – e isto é especialmente importante, uma vez que a estação chuvosa se aproximava, e havia a necessidade da cooperação agrícola daquela estação do ano dos Ndendeuli. Homens como Tanda (18) e 19, de um lado, 24, Mitedi (28) e Sedi (29), de outro, desejavam dar continuidade à ajuda recíproca e evitar qualquer ameaça a esta reciprocidade que poderia advir de um cisma entre Zadiki e Konga. Na ocasião deste *moot* Tanda, por exemplo, se posicionou ao lado do seu cunhado, Zadiki; mas ele já tinha estabelecido um acordo de ajuda mútua, mais valioso para ele, com Konga, Mitedi e outros. Sedi tinha uma razão adicional para insistir em um acordo, pois dificilmente gostaria de piorar as relações com o pai do marido da sua filha, a menos que fosse impossível deixar de escolher ficar ao lado de Konga ou de Zadiki. Em resumo, havia muito em jogo para todos os homens envolvidos, para que desjassem algo diferente de continuar boas relações de trabalho. Estas considerações não eram tão importantes, no entanto, para homens como Ali (6), Kabaya e 15, uma vez que as suas próprias relações de trabalho na comunidade não estavam ameaçadas pelo conflito em questão.

Todos os notáveis de Ligomba estavam envolvidos neste litígio em particular; o papel de Konga nesse caso foi, naturalmente, limitado àquele de defensor ao invés de líder ou mediador. Kabaya procurou se posicionar do lado de 20 – talvez em relação à oposição pessoal a Konga e Ali –, mas a sua influência nas circunstâncias foi limitada, de fato, pelo interesse próprio dos outros que estavam mais intimamente envolvidos, no sentido de prevenir um confronto aberto e preservar relações cooperativas de vizinhança. Ali apoiou Konga; porém, mais perceptivelmente, talvez, do que seu rival, Kabaya, ele se

posicionou rápido com os conciliadores. Diferentemente de Kabaya, ele não demonstrou a necessidade de ser persuadido e convencido do caráter satisfatório de sua defesa. A reputação de Kabaya não foi ajudada pelo evento, enquanto a de Ali foi, no mínimo, intensificada.

• **Caso 5. Um genro errante (dezembro)**

Yasini (11) tinha deixado para fazer a reforma da sua casa para o final da estação da seca e, por uma questão de urgência (já que a chuva estava prestes a começar), ele convocou os seus “filhos” locais (o próprio filho, os sobrinhos e os genros), alguns dias após o último *moot*, para transportarem e colocarem duas novas pilastras em sua casa. Estas já tinham sido cortadas e preparadas há cerca de seis quilômetros de distância. Um dos seus genros, Musa (19), não apareceu no dia seguinte e o trabalho foi feito por 14, 10 e 12, sob a supervisão de Yasini. No entanto, Yasini resmungou sobre a ausência de Musa e, no dia seguinte, recusou as suas desculpas de que teve que visitar o irmão da sua mãe em outra comunidade porque precisava de medicamentos para a mãe que estava doente. Yasini, então, levantou a questão do pagamento do dote de casamento. No Caso 1, a propensão de Yasini em aceitar uma parcela menor do dote do que a que havia sido prometida tinha sido importante para o acordo da disputa entre 20 e 29. No primeiro *moot*, ele havia concordado em receber somente 50 *shillings* em vez do total de 75 *shillings*; no entanto, ele havia recebido apenas uma parte de 40 *shillings* e concordado em esperar pelo restante. Agora ele pedia veementemente a impressionante dívida de dez *shillings*. Musa disse que não tinha mais dinheiro e que não conseguiria obter nenhum neste momento, o que Yasini se recusou a aceitar. Ele declarou que não seria mais indulgente com seu genro; ele também se queixou da sua ausência na ajuda que deveria ter dado no reparo da casa e alegou que Musa havia tratado mal a sua filha (esposa de Musa).

Ao consultar o seu primo Ali (6), o notável, Yasini foi encorajado a persistir com a sua reivindicação e suas queixas. Ali começou a conduzir um *moot* em nome de Yasini, que foi facilmente organizado e realizado na casa de Konga (23), onde os grupos de ação foram compostos da seguinte maneira (ver genealogia na Figura 1):

Grupo de ação de Yasini (11)	Grupo de ação de Musa (19)
12 (S)	18 (F)
6 (FBS)	20 (FZH)
3 (MZS de 6)	21, 22 (FZS)
9 (BS)	23, 28 (FBS de 20)
	24, 27 (S de 23)
	29 (MBS de 23/WF de 22)
	15, 16 (MBS e filho do FMBS, 13)
(6 homens)	(12 homens)
<i>Ver legenda nas páginas 130 e 136.</i>	

Nesse contexto, Kabaya (13) era estruturalmente intermediário e, em especial por ser um notável, poderia ter atuado como mediador. No entanto, ele preferiu não participar, ausentando-se de Ligomba, enquanto o seu filho, 14, aderiu ao grupo de Yasini (pai da esposa). Até onde pude avaliar, Kabaya não queria atuar como mediador entre grupos que poderiam ser – e de fato eram – conduzidos pelos notáveis Ali (6) e Konga (23), respectivamente. Ele poderia ter adquirido prestígio se negociasse com estes dois notáveis, mas provavelmente presumiu o que estava prestes a acontecer. Ali e Konga eram velhos amigos, assim como parentes; em geral, eles apoiavam um ao outro e sempre evitavam as rivalidades e hostilidades que normalmente existem entre notáveis na mesma comunidade local. Neste *moot* eles cooperaram como mediadores e começaram como os advogados mais importantes de cada *principal*. Se Kabaya estivesse presente no *moot*, teria pouco espaço e se sentiria dispensável pelos notáveis. Desta forma, ele preferiu não participar – provavelmente uma escolha prudente, do seu ponto de vista.

O *moot* não foi difícil nem prolongado. Sua magnitude foi menor do que uma demanda pelo reconhecimento da dívida do dote de casamento a ser pago do que de uma queixa geral de um sogro contra o comportamento do seu genro. Musa estava claramente errado, pois Yasini foi bastante tolerante e prestativo no Caso 1 e, desde então, embora sendo sogro, ele estava em uma posição de alguma superioridade em relação a Musa, que dificilmente deveria

esperar favores enquanto ainda estivesse devendo o dote. Depois da declaração de abertura de Yasini em relação ao fato, Musa fez uma breve contestação em sua defesa, concentrando-se na dificuldade em pagar o sogro naquele momento. Fez um gracejo sobre a sua obrigação de cultivar o campo, pois a época da chuva já estava prestes a chegar, e ele precisava alimentar a sua esposa (filha de Yasini) e o seu bebê (neto de Yasini). O sogro, protestou ele, não poderia esperar que ele fosse procurar mais trabalho para ganhar algum dinheiro, já que ele deveria trabalhar para a sua esposa, como deve fazer um marido. Ele negou qualquer mau tratamento dado a sua esposa. O notável Konga falou em nome de Musa, mas (me pareceu) sem muita convicção. O notável Ali deu seguimento começando com um resumo das queixas de Yasini e sugeriu que Musa se desculpasse publicamente e, ao menos, oferecesse um sinal referente ao pagamento do dote. Musa continuou em silêncio, mas Konga expressou disposição para aceitar a sugestão, embora tenha pontuado que ninguém realmente pensava que Musa tivesse maltratado a sua esposa. Ele, então, virou-se para Musa e pediu que ele concordasse, sob a condição de que Yasini (ainda que tivesse se expressado mais diplomaticamente) retirasse a sua alegação de maus-tratos em relação a ela. Yasini, resmungando, concordou; Ali acrescentou que, tão logo fosse possível, Musa deveria encontrar um trabalho temporário para ganhar algum dinheiro e pagar o dote. Após algumas pequenas discussões tudo foi firmado e Musa deu 50 cents para Yasini. Ali e Konga terminaram o *moot* elogiando o bom-senso de Yasini e Musa e a boa relação que tinham entre si. No todo, o *moot* transcorreu durante pouco mais de meia hora.

Por que, então, o grupo de ação de Musa foi relativamente tão grande e por que foi constituído por tantos vizinhos indiretamente ligados? Não houve dificuldade em administrar o conflito, e Musa demonstrou pouco desinteresse em chegar a um acordo com o sogro. Os informantes tinham clareza de uma coisa: esse *moot* aconteceu apenas uma semana depois do caso anterior, quando os homens estavam em lados opostos e alcançaram um acordo, conforme descrito, e agora desejavam enfatizar os seus laços comuns. Eles estavam (conforme me disse 29) menos preocupados com o caso de Musa do que com as suas próprias inter-relações; e, nesse sentido, aproveitaram a oportu-

nidade fortuita para demonstrar sua habilidade e desejo de estabelecer uma ação comum bem-sucedida. Mesmo Zadiki (20) e Konga (23) sentaram um ao lado do outro no *moot*, ainda que Zadiki tivesse atuado pouco em relação aos procedimentos. Talvez Yasini e Musa tenham tido a sorte de que entre aqueles que os apoiavam não houvesse nenhum antagonismo que pudesse aprofundar um conflito simples.

## Discussão e conclusão

Neste texto foi possível apresentar o tratamento e a solução de apenas cinco casos de conflito, seu tratamento e conclusão. Eles foram eventos empíricos no período arbitrariamente escolhido do meu trabalho de campo. Em primeiro lugar, preferi descrevê-los detalhadamente e extrair deles alguns princípios mais do que me concentrar nestes princípios e oferecer meramente alguns “exemplos adequados”.<sup>13</sup> Esses foram casos particularmente sucessivos numa única comunidade local. Eles não demonstram necessariamente todos os princípios gerais envolvidos em processos de administração de conflitos entre os Ndendeuli. A sua apresentação neste texto pode permitir outras generalizações que não apenas aquelas que eu apresentei, bem como críticas a estas mesmas generalizações.

Em segundo lugar, o meu interesse se voltou em grande medida para o que Gluckman descreveu como “os processos sociais que largamente determinam o resultado de um conflito”, mais do que com “a análise dos processos racionais por meio dos quais as negociações ocorrem”.<sup>14</sup>

Em terceiro, deve-se enfatizar que (infelizmente) não é possível compreender estes processos sociais completamente sem outros dados sobre diferentes aspectos vitais da vida social numa comunidade local Ndendeuli: interações de vizinhança muitos tipos; outras ocasiões e necessidades de naturezas diferentes, quando os grupos de ação são recrutados; as alianças que são feitas publicamente; e a expressão de lealdades e antagonismos. As interações deste tipo afetam, inevitavelmente, as alianças, as ações, a prontidão para mediar ou

<sup>13</sup> Destaque com aspas feito pelo autor.

<sup>14</sup> Max Gluckman, comunicação pessoal, 1965.

para ceder em benefício dos homens envolvidos. Os processos de conflito são apenas uma parte de um *continuum* maior. Há necessariamente algumas ações às quais fiz referência neste texto, que parecem não fazer sentido devido à ausência de dados a elas relacionados. A descrição dos casos é, de fato, parte de uma análise mais profunda da organização social dos Ndendeuli, particularmente do sistema da rede de parentesco não unilinear.

A partir dos casos aqui apresentados, uma série de características pode ser destacada, permitindo tirar algumas conclusões sobre a natureza da administração de conflitos nesta sociedade.

### **Significado dos eventos passados**

Volto a enfatizar o que deveria ficar claro a respeito da minha deliberação descrição dos sucessivos conflitos entre um mesmo grupo de pessoas: não podemos obter uma compreensão completa de um caso se este é tratado isoladamente dos casos precedentes. Este tipo de interpretação parece, no mínimo, questionável, ainda que seja feita em um sistema jurídico completo de tribunais, juízes, leis, procedimentos formais estabelecidos, imparcialidade ideal e outros sistemas semelhantes. Os conflitos entre os Ndendeuli foram trabalhados inteiramente no contexto do *continuum* da vida social, posto que aqueles que os antecederam, a maneira como foram administrados e o desenvolvimento de diversos tipos de relações de parentesco afetam qualquer caso vigente. Uma análise mais abrangente deveria considerar este aspecto, mas aqui eu chamei mais a atenção para um ou dois exemplos. O desenvolvimento das relações entre os primos Zadiki (20) e Konga (23) é essencial para compreendermos o Caso 1; este caso afetou claramente as alianças no Caso 3 e, depois, nos Casos 4 e 5. O relativo insucesso do notável Ali (6) no Caso 2 e a sua competição com o notável Kabaya (13), por intermédio de Yasini (11), teve influência no Caso 3. O resultado do Caso 4 afetou sobremaneira as alianças do grupo de ação no Caso 5. O significado dos eventos passados e dos casos imediatamente precedentes varia de acordo com o contexto dos casos seguintes, mas cada um contribui para o desenvolvimento de um padrão de relações que forma uma rede cumulativa dentro da qual uma ação subsequente ocorre.

## Os mediadores

Em todos os cinco casos alguém adotou o papel de mediador quase como em razão de uma necessidade. As partes (principais) podem negociar e barganhar por um acordo (e antes mesmo, remover qualquer questão que possa obstruir uma negociação), mas eles acham mais fácil conseguir isto por intermédio ou com o auxílio de uma pessoa interconectada entre eles. De um total de 17 conflitos satisfatoriamente registrados durante o trabalho de campo, apenas dois obtiveram resultados sem um mediador, mas por meio de intercâmbio direto entre as partes e aqueles que estavam envolvidos como apoiadores. Todavia, os Ndendeuli não somente não têm palavra que possa ser traduzida como “mediador”, como também não reconhecem explicitamente este papel e poucas vezes se referem a ele. Eu considero este conceito indispensável para uma análise e tive pouca dificuldade em identificar o mediador: no Caso 1, Konga (23), apoiado por 24; no Caso 2, Yasini (11), apoiado por 9 e 10; no Caso 3, Ali (6); no Caso 4 eles não estavam tão claramente definidos, mas 18, 24 e 28 aliaram-se como mediadores; no Caso 5, Ali (6) e Konga (23). Mesmo nos casos em que o mediador era razoavelmente óbvio (por exemplo, Yasini no Caso 2), eles não emergem em uma ação até que as partes e seus principais auxiliares não tenham explorado a situação e já estejam prestes a negociar. O mediador atua, então, como um *corretor*<sup>15</sup> entre eles, ainda que possa oferecer as suas próprias sugestões ou modificações. Certamente ele não se comporta como um *adjudicador* e, ainda que algumas vezes possa pronunciar um acordo ou uma parte deste, isto acontece pela sua habilidade como um porta-voz, não como juiz. Uma parte geralmente aceita a sugestão do seu oponente ou concord com ela quando permanece em silêncio (ou seja, ausência de desacordo), mas um bom mediador insiste explicitamente naquilo em que uma dúvida possa provocar discussões futuras. Como podemos ver, o mediador é apressadamente escolhido como um intermediário estrutural no contexto particular do conflito e dos litigantes. O exemplo de Yassini (11) no Caso 2 ilustra mais claramente esta questão; ele não escolheu o papel

<sup>15</sup> [N.T.] No inglês, o autor utiliza a categoria *broker*, o que parece nos levar a perguntar se este não seria uma espécie de conciliador nos casos brasileiros.

de mediador, mas aceitou-o pela necessidade e, ainda assim, de forma relutante. Ele poderia ter rejeitado este papel, todavia, por sua dificuldade ou perigo para o seu próprio interesse – como aconteceu com ele no Caso 4, com 28, no Caso 1 e com Kabaya (13) no Caso 5. Quando não há intermediário ou quando (para evitar envolvimento) ele prefere não participar, um ou mais membros dos grupos de ação apostos adotam gradualmente este papel. Tais mediadores estão buscando influência ou prestígio (como fez Ali no Caso 3) ou eles estão preocupados em proteger os seus próprios interesses (como fizeram 18 e 28 no Caso 4). Em qualquer evento, o mediador espera auxiliar no estabelecimento de um acordo e prevenir repercussões inconvenientes dentro da comunidade. Um defensor fortemente envolvido com uma ou outra parte, como as próprias partes, não é capaz - pelo menos no começo - de fazer a demonstração necessária de simpatia para ambos os lados e para a comunidade como um todo; apesar disso tanto ele como as próprias partes em geral se sentem aliviadas quando um mediador sugere uma solução para um impasse. Os Ndendeuli declaram que eles não estão preparados para receber imposição de ninguém, incluindo os seus oponentes, mas admitem estar dispostos, mesmo prontos, a serem persuadidos e a seguirem uma orientação.

### **Pessoas neutras e não residentes**

Praticamente todo conflito interno à comunidade deixa alguns residentes descomprometidos, mesmo indiretamente, com uma ou outra parte (por exemplo, homens 1 e 6 no Caso 1). Eles podem comparecer – mas geralmente não comparecem – como espectadores interessados, não mais do que isso. Eles não se tornam mediadores porque não têm o tipo de compromisso interjacente que é requerido para desempenhar este papel. Os não residentes frequentemente não têm nenhum envolvimento (em apenas dois dos cinco casos descritos) e, quando o tem, raramente assumem uma posição importante. Não é que eles não sejam bem-vindos, mas o peso da sua intervenção poderia, eu acredito, ser ressentido. Eles comparecem, naturalmente, como parentes próximos de uma parte e, algumas vezes, dão conselhos privados antes ou durante o *moot*. Os Ndendeuli preferem manter os negócios da comuni-

dade dentro da própria comunidade, apenas porque qualquer acordo tem suas repercussões destinadas ao grupo de vizinhos em cooperação. O único caso que testemunhei no qual o mediador foi um homem não residente ocorreu durante um conflito muito sério e prolongado entre irmãos (não em Ligomba) onde nenhum mediador bem sucedido emergiu de dentro da comunidade. O marido da irmã do pai do litigante (um notável de outra comunidade) e o seu filho tiveram a permissão para atuar em um impasse perigoso, mas os membros da comunidade aceitaram esta intervenção *faute de mieux*.

### Os notáveis

As minhas referências sobre estes líderes, homens de influência, infelizmente são muito breves para uma completa consideração neste trabalho. Tais homens não ocupam papel de autoridade; mais exatamente, são homens com habilidade e ambição reconhecidos como líderes no contexto. Ser um notável em Ligomba não era, em hipótese alguma, inteiramente acidental; em geral, ele tende a assumir, e é autorizado a assumir, a liderança nos negócios (não somente nos conflitos) que dizem respeito aos membros de grupos mais ou menos identificáveis de vizinhos. Eles estão, portanto, estruturalmente separados entre si. Um passar de olhos na Figura 1 indica isto. É preciso, no entanto, ter cuidado com esta análise porque os notáveis em Ligomba (e de forma semelhante os notáveis em outras comunidades) não são líderes de facções. Naturalmente existe uma tendência para os mesmos grupos de vizinhos de maior nível de inter-relação na rede de parentesco se unirem em uma ação coletiva (grupos de ação), embora a participação em grupos de ação varie significativamente, dependendo do contexto estrutural de cada conflito particular. Por exemplo, os grupos de ação de Yasini (11) e Musa (19) no Caso 5 atravessam o alinhamento dos grupos no Caso 4. Isto quer dizer que a tendência dos notáveis para liderar de alguma maneira os mesmos grupos de vizinhos pode ser, e geralmente é, ignorada pela necessidade de alguma combinação diferente e atravessada. Os homens são incapazes, em nome dos seus próprios interesses, de se envolver em uma aliança mais ou menos aberta com um grupo específico de vizinhos porque cada nova situação coloca um novo problema. Toman-

do o exemplo de Yasini (11): no Caso 1 ele estava no mesmo grupo em que se encontrava Kabaya (13), embora sua principal consideração fosse a de que ele ganhasse diretamente se Zadiki (20) ganhasse o caso; no Caso 2 ele não estava envolvido com a liderança de Kabaya,<sup>16</sup> mas o seu desempenho como mediador estava de certa forma influenciado para este lado; no Caso 3 ele se colocou ativamente ao lado de Kabaya; no Caso 4 o conflito de lealdade era muito grande e suas vantagens eram mínimas, o que o levou a não participar; no Caso 5 ele precisou do auxílio de Ali (6) e de outros, enquanto Kabaya estava muito envolvido com o lado do seu oponente para que pudesse ajudá-lo (de fato, Kabaya não participou). Do mesmo modo, outros indivíduos mudam as suas alianças de acordo com as circunstâncias e as vantagens relativas que são percebidas por eles no momento.

Nesse tipo de situação em rede um homem não pode se envolver em uma aliança porque isto seria ignorar ou mesmo romper relações valiosas com alguns outros vizinhos-parentes. Estas outras relações podem ser, ou foram no passado, vitais quando um homem se torna um litigante, assim como em outras atividades coletivas, tais como os grupos de trabalho cooperativo na agricultura. Um homem pode se sentir obrigado a tomar um dos lados em um conflito, mas ele não deseja que esta circunstância prejudique as suas oportunidades no futuro.

Eu também devo destacar que o recrutamento para um grupo de ação é amplamente controlado pelas partes em um conflito. Aliança e apoio são oferecidos ao vizinho que esteja com alguma necessidade, mais do que a um notável que compartilhou ou assumiu uma liderança. Os Ndendeuli são, de alguma forma, céticos sobre os seus notáveis; eles dizem que um notável é o membro de um grupo de ação, não somente para auxiliar uma parte, mas também para ampliar os seus próprios interesses. A maioria dos homens, é claro, participa de um grupo de ação com os seus próprios interesses em mente: se eu ajudo X agora, ele me ajudará no futuro; ou se eu sigo Y em apoio a Z, então Y provavelmente me ajudará mais tarde ou menos provavelmente ajuda-

---

<sup>16</sup> Na verdade, ele não participou do primeiro *moot* neste caso, embora Kabaya (13) fosse um dos líderes no grupo de ação de Zadiki (20).

rá um futuro oponente. Um notável, no entanto, tem interesses adicionais – o seu desejo de conquistar influência, prestígio e liderança (valores suspeitos aos padrões Ndendeuli).

Os notáveis, todavia, são considerados úteis a um litigante que necessita de conselho e encorajamento, e que pode não ser, por si próprio, particularmente competente em advocacia e negociação. Os notáveis obtiveram seu papel principalmente devido as suas habilidades, e os indivíduos anseiam em se beneficiar deles. Apesar disso, a rivalidade e mesmo a hostilidade entre eles frequentemente exacerba mais do que alivia um conflito (por exemplo, a ação de Kabaya, 13, no Caso 4), já que os notáveis aproveitam a oportunidade para ganhar um do outro ou apenas para se opor visando à oposição. Todavia, sua habilidade diplomática pode, algumas vezes, ser decisiva num caso difícil.

### **Os grupos de ação**

Os Ndendeuli não possuem uma palavra para este conceito, embora eles falem de “meu povo”, “meus parentes”, “aqueles que andam comigo” e assim por diante, o que significa a mesma coisa. Os grupos de ação representam o meio pelo qual um homem recruta o suporte coletivo dos seus associados para o seu próprio interesse. Estes associados são, antes de tudo, parentes; e um Ndendeuli diria que todos são seus parentes. Um homem consegue o apoio daqueles que ele pode, mas (em um caso de conflito especialmente) com o devido reconhecimento do recrutamento simultâneo do seu oponente. Sendo assim, um homem pode se juntar ao grupo do seu primo de segundo grau em uma situação, mas se sentir compelido a se juntar àquele (potencialmente mais útil) de um vizinho-parente mais próximo em outra situação, contra aquele primo. Os grupos de ação são inerentemente efêmeros, conforme pude observar anteriormente quando me referi à ausência típica de facções persistentes em uma comunidade. Não é suficiente dizer que um homem pede aos seus parentes para fazerem alguma coisa (ou mesmo os parentes dos seus parentes) quando ele precisa de ajuda – conforme os Ndendeuli ficam contentes em falar sobre isto, e conforme alguns antropólogos têm muito vagamente descrito tal situação entre as pessoas com redes de parentesco não unilinear.

É essencial analisar precisamente quem pode e quem realmente é chamado, e em que situação, e como a organização do recrutamento varia com o contexto da ação. Um grupo de ação não é comumente “todos os parentes de um homem”, nem mesmo “todos os seus vizinhos-parentes”, conforme demonstrei. A identificação precisa de um grupo de ação é um requisito para qualquer compreensão dos processos sociais por meio dos quais os Ndendeuli lidam com os conflitos e organizam outros tipos de cooperação. Considero este conceito essencial para a análise das redes sociais, mas não cabe aqui um aprofundamento deste tema.

### **Considerações pessoais**

Vários exemplos nos casos apresentados ilustram o fato de que os processos de administração de conflitos e o modo como a rede de parentesco é usada e manipulada para este fim são muito afetados por relações interpessoais entre os homens. Neste aspecto não estou particularmente interessado no reconhecimento das personalidades e experiências individuais que tendem a motivar e afetar os seus papéis e as suas relações. Não há necessidade em enfatizar este aspecto em geral nem é uma questão sociológica da minha competência. Melhor dizendo, eu tenho algo mais em mente: o fato sociológico de que as relações de parentesco e de vizinhança entre os Ndendeuli são muito vagamente reguladas por uma autoridade ou requisitos necessários a grupos corporativos ou por lideranças políticas, econômicas e rituais, ou ainda por uma obrigação inevitável. Os papéis e as relações, assim como as expectativas concomitantes, são caracteristicamente pouco definidos por este povo. Em geral, um parente mais próximo deveria oferecer maior auxílio do que parentes mais distantes; um parente da geração do pai ou da mãe tem, potencialmente, maior *status*; aqueles da geração dos filhos têm *status* potencialmente inferior e aqueles da geração do próprio indivíduo são considerados iguais. No entanto, direitos e obrigações precisas são raramente atribuídos; do mesmo modo, não há muita diferença entre vários tipos de, digamos, “irmãos” proximamente relacionados (o próprio irmão, primos de primeiro grau, irmão da esposa). As relações operantes de fato são muito dependentes do estabelecimento e da manutenção da cooperação e reci-

proximidade entre os indivíduos, abertas a uma considerável variação e influência por tais fatores interpessoais como amizade e confiança demonstradas ou hostilidade e desconfiança. No todo, um homem é mais ou menos limitado por dependência e responsabilidade sobre seus parentes, entre os seus vizinhos. Embora sujeito às necessidades lógicas de ligações inter e enterrrede, um homem ainda pode reter uma boa margem de inclinação e escolha individual. Tudo isto afeta as alianças nas situações de conflitos e nos *moots*, afetando também o comportamento individual nos processos sociais considerados.

Por essa razão, o antagonismo entre os primos de primeiro grau Zadiki (20) e Konga (23) ou entre os notáveis rivais Ali (6) e Kabaya (13) foi observado no contexto. Da mesma forma, relações de amizades particulares entre os cunhados Tanda (18) e Zadiki (20), os notáveis e primos de segundo grau Ali (6) e Konga (23) e os primos de primeiro grau Konga (23) e Sedi (29) se mostraram importantes. A tendência de Saidi (3) de ser dependente de seu forte primo Ali (6) é um outro caso em questão. Havia outras relações interpessoais e igualmente influentes em Ligomba – assim como em outras comunidades locais – que não eram totalmente governadas diretamente pelas considerações estruturais e que transcendem os requisitos lógicos.

Indubitavelmente os juízes, os tribunais oficiais, a polícia, os advogados especializados são também, em algum nível, afetados por considerações pessoais e relações (mesmo se, idealmente, não devessem ser), mas eles não desempenham seus papéis e exercem suas atividades especificamente devido a estas considerações e relações senão apesar delas, se e quando têm alguma relevância. Em um conflito entre os Ndendeuli, no entanto, os papéis de cada participante são uma função direta do seu envolvimento pessoal e sua rede de alianças com as partes e os seus companheiros. Portanto, os participantes são muito influenciados pelo caráter particular do padrão de relações e o seu próprio lugar nele.

### **Indeterminação das normas e das expectativas**

Os Ndendeuli têm poucas regras e normas bem-definidas sobre o comportamento social a partir das quais uma conduta possa ser avaliada. Para to-

mar um único exemplo: todos os Ndendeuli concordariam que um casamento legítimo somente é possível pela transferência do dote da noiva ou pelo desempenho do serviço do pretendente ao pai da mulher ou uma combinação de ambos. No entanto, a quantia do dote, o acordo sobre as prestações, a sua duração e as obrigações do pretendente são largamente indefinidas, assim como a forma de reconhecimento do término das obrigações. “É tudo uma questão do que você pode ganhar do seu genro”, explicou-me um homem uma vez, “e a capacidade de resistência do genro”. Normalmente é uma questão genuinamente difícil (assim como, é claro, se espera) distinguir entre o dote e o serviço do pretendente e as obrigações gerais que qualquer genro tem em relação ao pai da esposa. Consequentemente, há um amplo espectro de oportunidades para conflitos válidos e para aqueles que são planejados em relação a quais são os direitos e as obrigações que um homem tem em alguma situação.

Do mesmo modo, como já foi anteriormente mencionado, há um considerável campo para diferenças de opinião em relação aos direitos recíprocos entre, digamos, irmãos ou primos. Um primo “deve” ajudar um homem em alguma situação (um conflito ou em seu grupo de trabalho), mas ele também pode decidir por não ajudar devido a obrigações que podem promover um conflito dele com o oponente de quem ele deve ajudar ou com alguém que esteja organizando um grupo de trabalho no mesmo momento. As “regras” pelas quais se avaliam as expectativas e a conduta de um indivíduo são tão imprecisas que a sua extensão é muito ampla. Eu acredito que não seja por acaso que esta marcada indeterminação das normas opera em uma situação na qual não existe adjudicadores e onde as negociações e as barganhas são vitais para o processo de administração de conflitos. As duas características não são meramente compatíveis: elas são logicamente complementares.

Nos casos de conflitos entre os Ndendeuli é preciso olhar para “expectativas razoáveis” na medida em que estas surgem naquilo que os homens dizem e fazem, ainda que as pessoas articulem vagamente o uso deste conceito como um processo consciente. Referência às expectativas satisfatórias e ao razoável ou ilógico desempenho de papéis particulares – com a noção de liberdade de ação tolerável das normas ideais – deve ser universal na socieda-

de humana que varia, no entanto, no grau de aplicação. Obviamente em um *moot* os Ndendeuli de fato tentam declarar estas expectativas e procuram medir a conduta de um homem a partir da comparação com esta referência. Por outro lado, além de as expectativas serem indeterminadas, conforme mencionei anteriormente, não há uma terceira parte, não há um juiz, não há uma técnica para determinar especificamente as expectativas aceitáveis, operacionais e razoáveis em um conflito particular. Enquanto os homens buscam alcançar vantagens e se esforçam para evitar o que lhes é desvantajoso, o processo de administração de conflitos depende, igualmente, de outras considerações que não estão diretamente relacionadas às questões em disputa: a força com que um acusado pode resistir às suas alegações, o nível com que um querelante pode ser persuadido a reduzir a sua queixa, o nível e tipo de suporte que cada um obtém de outras pessoas envolvidas no conflito.<sup>17</sup>

Desse modo, em relação ao Caso 1, nenhum Ndendeuli diria se a reivindicação por acréscimo ao dote de casamento era ou não satisfatória, justificável ou de direito. Informantes inteligentes explicaram que tudo depende da natureza do caso. Porém, isto pode significar duas coisas: a história da transação do dote de casamento até o momento da disputa e a natureza das relações entre os afins e entre eles e outros homens envolvidos na história. No entanto, a importância (e o interesse) maior sempre foi dada à última característica da natureza do conflito. Mesmo no contexto integral de um conflito concreto, os Ligomba não dariam uma resposta definitiva. Como resposta ao meu questionamento, eles diziam que eu não tinha compreendido os modos Ndendeuli, já que havia colocado a questão. Para eles não era apenas uma questão de se o sogro tinha direito ou não, ou em que nível, mas era igualmente uma questão do quanto ele poderia exercer pressão sobre o seu genro e o pai deste último e, assim, obter o acréscimo ao dote de casamento. Nestas circunstâncias, não somente a questão do dote teve que ser considerada, como também os efeitos futuros e o atual estado das relações de parentesco e de vizinhança. Neste

---

<sup>17</sup> Em um outro contexto etnográfico e sociológico (entre os Arusha do nordeste da Tanzânia) desenvolvi anteriormente o mesmo tipo de argumento e análise (GULLIVER, 1963, p. 232 e 296). Em retrospectiva, no entanto, eu daria maior ênfase ao reconhecimento do significado e do modo como as “expectativas razoáveis” operam.

caso particular, o sogro ganhou expressivamente a sua reivindicação, embora tenha que ter cedido em alguma medida. Ainda assim, foi somente nestas circunstâncias particulares (provavelmente excepcional nos seus detalhes), naquele momento específico, que o acordo pôde ser feito. A mesma reivindicação em uma ocasião diferente certamente teria tido um resultado diferente. Do mesmo modo, o Caso 4, entre os dois primos, foi em grande parte resolvido nos termos das necessidades dos seus respectivos parceiros de cooperação de vizinhança no sentido em que a ruptura entre eles dois não foi permitida pelos seus vizinhos. Em um caso semelhante, registrado em outra comunidade, a resolução de um conflito teve resultado bem diferente, uma vez que a ruptura das relações entre os primos de primeiro grau não representou grande ameaça aos seus respectivos parceiros, que puderam tranquilamente prosseguir com um mínimo de cooperação mútua.

Para concluir, a administração de uma disputa no interior de uma comunidade entre os Ndendeuli tem as características a seguir:

1. É tipicamente um tipo de compromisso negociado entre reivindicações conflitantes. Mesmo onde a reivindicação de um principal é muito forte e o seu poder de barganha é maior, ele comumente se esforça para demonstrar tolerância e boa intenção ao abrir caminho para o seu oponente, mesmo que minimamente. Quando o poder de barganha é menos desigual e o conflito deve ser administrado, o compromisso envolvendo concessões mútuas torna-se uma necessidade.
2. Não é dependente exclusivamente de normas, direitos, expectativas e sobre os respectivos poderes de barganha de ambos os interessados e seus parceiros, mas também das considerações dos efeitos sobre os interesses de outros homens, bem como da continuidade da cooperação e concordância de vizinhança.
3. Deve ser, e tem que ser, uma negociação consensual, aceita pelos interessados em conflito como sendo o melhor que pode ser alcançado nas circunstâncias específicas. Em última análise um principal não pode ser levado a aceitar um acordo imposto na medida em que não há meios para forçá-lo. Fortes pressões do lado do seu oponente e, se necessário, mesmo do

- seu próprio lado são feitas para persuadi-lo a aceitar um acordo. Somente por meio da sua concordância um acordo pode ser obtido e ser efetivado.
4. Quando possível, um acordo é colocado em prática imediatamente. Durante um *moot*, a compensação ou a dívida é paga, as desculpas são pedidas, a reivindicação é retirada. Embora variavelmente, um acordo mal conduzido pode não ser considerado um acordo e o conflito pode precisar ser renegociado em uma data posterior quando a queixa é novamente ativada. Um acordo de que uma compensação será paga posteriormente pode ser um sucesso efêmero para uma das partes, mas talvez seja um sucesso mais prático para o seu oponente, ou seja, o acordo é realmente uma forma de evitar o próprio acordo, ou mesmo um acordo para marcar uma posição diferente. Mas pode até ser que na verdade seja a favor do réu. Além disso, para a conclusão de uma negociação, é esperado que o conflito seja totalmente dissolvido e, em consequência, as relações de trabalho entre os vizinhos sejam totalmente restabelecidas.

Com exceção do ponto 4, pelo menos em alguns momentos, estas características são normalmente comuns a todos os processos de administração de conflitos por intermédio de negociações realizadas fora de tribunais em todas as sociedades, inclusive nas sociedades industriais ocidentais. Estes processos de negociação não têm sido adequadamente estudados a partir de uma base empírica nem em uma variedade suficiente de contextos culturais para fins comparativos. Entre os Ndendeuli, os relacionamentos – e, portanto, os processos – estão largamente definidas e expressas no idioma do parentesco, mas é óbvio que este é apenas uma das formas estruturais e ideológicas na qual ocorre este fenômeno sociológico.

## Abstract

In this article P. H. Gulliver analyses his ethnography about the Ndendeuli, nomadic cultivators of East Songea in southern Tanzania. It is a society in which there are no courts, no judges or referees, or institutions similar to those typically found in Western societies. Despite the absence of formal institutions of conflict management, the Ndendeuli are averse to the use of coercion by force as a means of negotiating and obtaining compensation for damage.

Keywords: Conflict mediation; dispute processes; conflict settlement without courts.

## REFERÊNCIAS

1. Barton, R. F. 1919 – Ifugao law. University of California publications in American Archaeology and Ethnology, 15, p. 1-186.
2. Barton, R. F. 1949 – The Kalingas. Posthumously published, E.A. Hoebel, editor. Chicago, University of Chicago Press.
3. Beattie, J. 1957 – Informal judicial activity in Bunyoro. Journal of African Administration, 9:4:188-195.
4. Colson, E. 1962 – The Plateau Tonga of Northern Rhodesia. Manchester, Manchester University Press.
5. Epstein, A.L. 1954 – Juridical techniques and the judicial process. Rhodes-Livingstone Papers n. 23.
6. Gluckman, M. 1955 – The judicial process among the Barotse of Northern Rhodesia. Manchester, Manchester University Press for the Rhodes-Livingstone Institute, 2nd edition, 1967.
7. Gulliver, P.H. 1963 – Social control in an African society. Boston, Boston University Press.
8. Peters, E.L. 1967 – Some structural aspects of the feud among the camel-herding Bedouin of Cyrenaica. Africa 37(3):261-282.
9. Turner, V.W. 1957 – Schism and continuity in an African Society. Manchester, Manchester University Press.